



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

HERUS ORSANO MACHADO

**AUTO-ORGANIZAÇÃO E EMERGÊNCIA NAS CIDADES: UM ESTUDO
SOBRE MOVIMENTOS INSURGENTES À LUZ DA INOVAÇÃO SOCIAL**

FORTALEZA – CEARÁ

2020

HERUS ORSANO MACHADO

AUTO-ORGANIZAÇÃO E EMERGÊNCIA NAS CIDADES: UM ESTUDO
SOBRE MOVIMENTOS INSURGENTES À LUZ DA INOVAÇÃO SOCIAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de Concentração: Relações interorganizacionais e ambientes.

Orientador: Prof.^o Dr. Hermano José Batista de Carvalho

Coorientação: Prof.^a Dra. Elda Tahim Fontilene

FORTALEZA – CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Machado, Herus Orsano.

Auto-organização e emergência nas cidades: um estudo sobre movimentos insurgentes à luz da inovação social [recurso eletrônico] / Herus Orsano Machado. - 2020.

111 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado acadêmico) -
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais
Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação em
Administração - Mestrado, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. HERMANO JOSE BATISTA DE CARVALHO.

1. Emergência e auto-organização. Movimentos insurgentes.

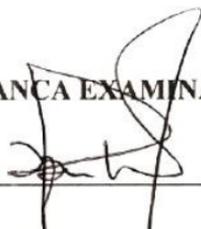
HERUS ORSANO MACHADO

**AUTO-ORGANIZAÇÃO E EMERGÊNCIA NAS CIDADES: UM ESTUDO
SOBRE MOVIMENTOS INSURGENTES À LUZ DA INOVAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Administração. Área de Concentração: Relações interorganizacionais e ambientes.

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA



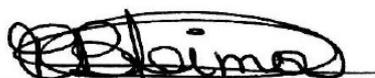
Prof. Dr. Hermano José Batista de Carvalho (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dra. Elda Fontinele Tahim (Coorientadora)

Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof.ª Dra. Tereza Cristina Batista Lima (Membro Externo)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Dedico este trabalho a minha mãe, Maria de Fátima Orsano, ao meu pai, José Luiz Machado, a minha namorada, Sâmia Clara Rodrigues de Oliveira e a todos que acreditaram em mim e contribuíram com meu crescimento acadêmico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve ao meu lado e que me deu forças para alcançar os objetivos.

Aos meus pais e grandes amigos, José Luiz Machado e Maria de Fátima Orsano, que sempre me apoiaram e me incentivaram em todos os momentos e contribuíram para minha formação pessoal e profissional.

A minha namorada Sâmia Clara pela compreensão, paciência e carinho, sempre me motivando e dando força.

Aos amigos e colegas de turma que juntos ajudaram a tornar o caminho mais leve.

A todos os coletivos que se disponibilizaram e colaboraram com a pesquisa.

Ao meu orientador e amigo, professor Dr. Hermano Carvalho (inspiração enquanto pessoa e cidadão) por cada ensinamento e orientação, pelas oportunidades incríveis que me proporcionou e pelo apoio e incentivo ao tema escolhido.

A minha coorientadora, professora Dra. Elda Tahim pela gentileza, paciência e por todos os ensinamentos proporcionados.

A todos que foram meus professores durante o Mestrado na Universidade Estadual do Ceará, pelos ensinamentos e contribuições para a meu crescimento pessoal e profissional.

A professora Dra. Tereza Cristina Batista Lima por aceitar, gentilmente, fazer parte da Banca Examinadora e por todas as contribuições oferecidas.

“A mente que se abre a uma nova ideia
jamais voltará ao seu tamanho original”.

(Albert Einstein)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar os movimentos insurgentes que atuam na cidade de Fortaleza (CE) à luz da Teoria de Inovação Social Transformadora (TSI). A revisão da literatura aborda três eixos teóricos: auto-organização e emergência nas cidades; insurgência cidadã e movimentos insurgentes e inovação social. Através do entendimento da dinâmica das cidades e dos atores sociais que a compõem, verificando se grupos insurgentes, que emergem nessa dinâmica urbana, se enquadram no conceito de inovação social, estabelecido pela TSI. Quanto à metodologia, a pesquisa é de abordagem qualitativa, tipificada como exploratória e descritiva; e quanto aos meios, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo foi desenvolvida através de entrevistas em profundidade, realizadas com cinco coletivos urbanos da cidade de Fortaleza, sendo orientadas por um roteiro semiestruturado. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo com o auxílio do *software* IRAMUTEQ. Após a transcrição e categorização das entrevistas, foram utilizadas três categorias com o intuito de promover uma maior precisão na análise dos dados. Considerando os resultados desta pesquisa, pode-se confirmar que a lente teórica da Inovação social se mostrou apropriada para compreender o objeto estudado, permitindo indicar os estágios presentes desses movimentos insurgentes dentro da escala de requisitos para se transformarem em inovação social. Com isso, busca-se agregar o conhecimento de inovação social ao campo da gestão de cidades, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica, contribuindo também para incentivar a promoção do tema como campo de investigações teórico-prático na área de Administração.

Palavras-chave: Emergência e auto-organização. Movimentos insurgentes. Inovação social.

ABSTRACT

This research aims to investigate the insurgent movements that operate in the city of Fortaleza (CE) in the light of the Theory of Social Transformation Innovation (TSI). The literature review addresses three theoretical axes: self-organization and emergence in cities; citizen insurgency and insurgent movements and social innovation. Through the understanding of the dynamics of cities and the social actors that compose them, verifying whether insurgent groups, which emerge in this urban dynamic, fit into the concept of social innovation, established by TSI. As for the methodology, the research has a qualitative approach, typified as exploratory and descriptive; and as for the means, a bibliographic, documentary and field research was carried out. The field research was developed through in-depth interviews, carried out with five urban collectives in the city of Fortaleza, being guided by a semi-structured script. The content analysis technique was used with the aid of the Iramuteq software. After the transcription and categorization of the interviews, three categories were used in order to promote greater precision in the data analysis. Considering the results of this research, it can be confirmed that the theoretical lens of social innovation proved to be appropriate to understand the object studied, allowing to indicate the present stages of these insurgent movements within the scale of requirements to become social innovation. With this, we seek to add the knowledge of social innovation to the field of city management, providing a broader and more critical understanding, also contributing to encourage the promotion of the theme as a field of theoretical and practical investigations in the area of Administration.

Keywords: Emergency and self-organization. Insurgent movements. Social innovation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Ciclo de Inovação Social | 38 |
| Figura 2 – Heurística conceitual para explorar a dinâmica da Inovação Social Transformadora | 43 |
| Figura 3 – Esquema de Análise das Informações Qualitativas | 50 |
| Figura 4 – Marca do Coletivo Transpassando | 53 |
| Figura 5 – Aula preparatória para o ENEM..... | 53 |
| Figura 6 – Cartaz do projeto Pré-vestibular | 57 |
| Figura 7 – Cartaz da mesa redonda | 57 |
| Figura 8 – Marca do Fortaleza invisível..... | 59 |
| Figura 9 – Integrantes do Projeto Fortaleza Invisível..... | 60 |
| Figura 10 – Postagem do Fortaleza Invisível em redes sociais | 62 |
| Figura 11 – Campanha Setembro Amarelo | 63 |
| Figura 12 – Marca do Coletivo A-braço | 66 |
| Figura 13 – Oficina de Placemaking em Fortaleza | 67 |
| Figura 14 – Jogo da participação..... | 70 |
| Figura 15 – Ação na comunidade do Gereba no Jangurussu | 71 |
| Figura 16 – Marca do Coletivo Carcará | 73 |
| Figura 17 – Primeira intervenção do Coletivo Carcará | 74 |
| Figura 18 – Postagem informativa | 77 |
| Figura 19 – Rodas de conversa..... | 78 |
| Figura 20 – Marca do Grupo Negragem | 80 |
| Figura 21 – Integrantes do Grupo Negragem..... | 80 |
| Figura 22 – Apresentação teatral Negragem Coragem | 84 |
| Figura 23 – Roda de conversa..... | 84 |
| Figura 24 – Dendograma do CHD | 87 |
| Figura 25 – Representação gráfica dos aspectos sobre origem e história..... | 88 |
| Figura 26 – Dendograma da CHD..... | 90 |
| Figura 27 – Representação gráfica dos aspectos relacionados a características gerais e peculiaridades de organização..... | 91 |
| Figura 28 – Dendograma do CHD | 92 |
| Figura 29 – Representação gráfica dos aspectos relacionados a ações e intervenções | 93 |

| | |
|---|-----------|
| Figura 30 – Nuvem de palavras..... | 94 |
|---|-----------|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| CCBJ | Centro Cultural Bom Jardim |
| CEDECA | Centro de Defesa da Criança e do Adolescente |
| CHD | Classificação Hierárquica Descendente |
| DLIS | Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| JAP | Jovens Agentes da Paz |
| UECE | Universidade Estadual do Ceará |
| UNIFOR | Universidade de Fortaleza |
| TRANSIT | <i>TRANSformative Social Innovation Theory</i> |
| TSI | Teoria da Inovação Social Transformadora |
| ZEIS | Zonas Especiais de Interesse Social |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 | A AUTO-ORGANIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA NAS CIDADES..... | 18 |
| 2.2 | A INSURGÊNCIA CIDADÃ: REIVINDICAÇÃO E AÇÃO PÚBLICA..... | 20 |
| 2.3 | MOVIMENTOS INSURGENTES: A EMERGÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO NA DINÂMICA DA CIDADE | 24 |
| 2.4 | INOVAÇÃO..... | 26 |
| 2.4.1 | Inovação social: histórico e conceitos | 28 |
| 2.4.2 | Inovação como valor social | 32 |
| 2.4.3 | Principais dimensões da inovação social | 34 |
| 2.4.4 | Framework analítico adotado para análise das dimensões de inovações sociais nos movimentos insurgentes | 41 |
| 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 45 |
| 3.1 | ABORDAGEM E TIPOLOGIA DA PESQUISA..... | 46 |
| 3.2 | CAMPO E SUJEITOS DE PESQUISA | 47 |
| 3.3 | INSTRUMENTOS DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS..... | 48 |
| 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 51 |
| 4.2 | CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA DOS MOVIMENTOS INSURGENTES | 52 |
| 4.2.1 | Coletivo Transpassando | 52 |
| 4.2.2 | Fortaleza Invisível | 58 |
| 4.2.3 | Coletivo A-Braço | 65 |
| 4.2.4 | Coletivo Carcará | 73 |
| 4.2.5 | Grupo Negragem | 79 |
| 4.3 | ANÁLISE QUALITATIVA DOS MOVIMENTOS INSURGENTES | 86 |
| 4.3.1 | Origem e história dos movimentos | 87 |
| 4.3.2 | Características gerais e peculiaridades de organização dos movimentos | 89 |
| 4.3.3 | Ações e intervenções dos movimentos | 92 |
| 4.3.4 | Resumos dos principais resultados encontrados | 94 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 96 |
| | REFERÊNCIAS | 100 |
| | APÊNDICES | 107 |
| | APÊNDICE A | 108 |

| | |
|------------------|-----|
| APÉNDICE B | 110 |
|------------------|-----|

1 INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre a Gestão de Cidades, sobressaem as características intrínsecas a esse organismo social: a complexidade, a emergência e a auto-organização. Nesse contexto, a existência de movimentos que fluem da ação dos cidadãos, e que procuram resolver questões endógenas à comunidade local, apresenta como um fenômeno social de relevância, mesmo que, na maioria das situações, não sejam reconhecidos pelas administrações públicas.

Essa discussão se torna mais relevante quando se detectam exemplos de movimentos cidadãos que, posteriormente, são absorvidos pela própria administração pública, muitas vezes transformando-se em política pública, influenciando no desenvolvimento da própria cidade.

Foi nesse contexto que surgiu a principal motivação deste trabalho, que busca discutir esses movimentos a partir de duas abordagens teóricas: a inovação social e os movimentos insurgentes.

A inovação social é “um processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração humana, suprir uma necessidade, trazer uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação” (CRISES, 2010, p. 5). Assim, uma inovação social objetiva mudar as relações sociais e, ainda, propor ou transformar ações e novas orientações culturais aos envolvidos.

Essa teoria se apresenta, portanto, como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana, por meio de uso do conhecimento aplicado às necessidades sociais, em que todos os atores envolvidos participam e cooperam buscando novas e duradouras soluções para grupos sociais, comunidades ou sociedade em geral (BIGNETTI, 2011).

Em outras visões, as inovações sociais podem ser responsáveis pela criação de mudança social, as quais estão relacionadas à melhoria da qualidade de vida e à criação de mecanismos para lidar com diferentes tipos de problemas, a fim de delinear novos caminhos. Assim, o conceito de inovação social nasce como uma resposta nova e socialmente reconhecida à geração de transformação e de mudança social (BUTKEVICIENE, 2009; CAJAIBA-SANTANA, 2014; CLOUTIER, 2003; HAXELTINE *et al.*, 2013).

Surge, então, uma dinâmica de interação entre organizações e instituições que vai além das esferas do poder público e privado, bem como, ações coletivas ou individuais que se transformam em movimentos em favor da promoção da mudança social, buscando soluções inovadoras, no sentido de criar novos modelos para preencher os vazios das políticas públicas e os espaços de exclusão social (MARTINS, 2016).

Nesse sentido, a inovação social não se apresenta somente como uma relatora de um conjunto de práticas, mas também como um fenômeno emergente, uma construção teórica e um campo de pesquisa contínuo dentro de um mundo de transformação social (MOURLAERT *et al.*, 2013).

A partir disso, em busca do entendimento do processo de inovação social, iniciam-se as classificações e a dimensão de modelos, em que cada pesquisador analisa as dimensões observadas em um contexto específico de estudo. Esses modelos desenvolvidos possuem características bastante consolidadas e objetivam mapear o processo de inovação social e as suas respectivas variáveis.

Entre esses modelos, Haxeltine *et al.* (2013) desenvolveram e propuseram a Teoria da Inovação Social Transformadora (TSI), integrante de um projeto denominado TRANSIT, que tinha o propósito de promover mudanças e transformações para alcançar sociedades mais inclusivas e sustentáveis e, assim, atender de uma melhor forma às novas questões sociais.

Por outro lado, a cidade, sendo um sistema auto-organizado, possui uma característica de autorregulação, que se manifesta por meio da sinergia que aparece de maneira espontânea entre seus agentes sociais e que pode possibilitar transformações nesse ambiente. Estas, por sua vez, geram processos variados e dinâmicos de desenvolvimento, por meio de ações e comportamentos de seus agentes, sendo produtos de intenções, planos, normas sociais e culturais, entre outras interações (JOHNSON, 2003; PORTUGALI, 2012).

São esses agentes que, em formas associativas, emergem nas cidades e acabam gerando a sociedade em rede, mostrando-se cada vez mais atuante na busca por transformações na sociedade. Essas formas associativas são constituídas e produzidas de forma consciente ou, até em alguns casos, de forma inconsciente, e emergem das necessidades e dos desejos espontâneos descobertos no dia a dia

dos cidadãos, se caracterizando como grupos insurgentes, principalmente nas democracias de baixa intensidade (LIMA, 2015; OLIVEIRA, 2018).

Assim, como forma de transformar a cidade dentro das necessidades dos seus cidadãos, em especial os menos privilegiados, aparece o conceito de cidadania insurgente, entendida como mobilizações populares que, por meio de práticas cotidianas, colocam os seus participantes como agentes ativos na cidade, que objetivam mudanças sem precedentes de modo a adquirir, assim, igualdade de direitos e expansão da cidadania (HOLSTON, 2013).

Nesse contexto, a insurgência cidadã parte de um entendimento mais amplo do conceito de cidadania e que envolve diferentes aspectos: civis, socioeconômicos, culturais e legais. O conceito surge no Brasil como consequência dos conflitos e das desigualdades históricas ocorridos no país ao longo dos anos, da mesma forma como em outros países que não oferecem a seus cidadãos acesso a direitos básicos, permitindo que estes vivam de forma segregada e convivam com injustiças e violência. Os sujeitos são tratados de forma desigual, não tendo acesso aos recursos públicos (HOLSTON, 2013).

Dessa forma, os movimentos insurgentes reúnem as características de auto-organização e emergência e são formados com o intuito de apresentar demandas à sociedade, as quais são construídas a partir de mobilização social em torno de uma temática que não está sendo abordada pelo poder público de forma concreta e eficiente (OLIVEIRA, 2018).

Essas reflexões iniciais motivaram o autor a verificar o nível de interação entre os dois temas, investigando exemplos de movimentos insurgentes na cidade de Fortaleza, o que definiu a questão de pesquisa que fundamenta este estudo: os movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza (CE) podem ser classificados como inovações sociais?

Assim, pretende-se, como objetivo geral desta pesquisa, investigar os movimentos insurgentes que atuam na cidade de Fortaleza (CE) à luz da Teoria de Inovação Social Transformadora (TSI).

Diante disso, os objetivos específicos ficam assim definidos:

- i) Identificar os principais movimentos insurgentes na cidade de Fortaleza (CE);

- ii) Conhecer a dinâmica dos movimentos insurgentes selecionados para o estudo;
- iii) Confrontar as ações desenvolvidas por esses movimentos com o Modelo da Teoria da Inovação Social Transformadora (TSI).

O trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira, esta introdução, contempla as informações sobre o tema, a questão que fundamenta a pesquisa, os objetivos, a justificativa, assim como, a lacuna que motivou a sua realização.

A segunda seção consiste na fundamentação teórica, envolvendo os principais conceitos que norteiam o estudo. Nela objetivou-se compreender tópicos relacionados à auto-organização e à emergência, à insurgência cidadã, os movimentos insurgentes, a inovação e a inovação social, assim como, o modelo a ser adotado na análise da dimensão social nos movimentos insurgentes desta pesquisa, qual seja, a TSI.

Em seguida, na terceira seção, é apresentada a metodologia adotada na pesquisa, abordagem e tipo, bem como, o campo e a descrição dos sujeitos, a amostra e seus critérios de escolha. Ademais, são demonstrados os métodos de investigação e as técnicas a serem utilizadas, bem como, os instrumentos de pesquisa e o modelo de análise dos dados adotado.

A quarta seção traz a análise e discussão das informações, distribuídas em três categorias, bem como os resultados do campo, além das observações reveladas a partir de mapas do Iramuteq.

A quinta, e última seção, apresenta uma síntese da pesquisa nas considerações finais do trabalho, confrontando os resultados encontrados com os objetivos, geral e específicos. Também são apresentadas as limitações e as recomendações para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico busca sintetizar aspectos relacionados ao estudo em questão, englobando a auto-organização e emergência nas cidades, o conceito de insurgência cidadã, movimentos insurgentes, a inovação, a inovação social e os seus principais modelos de dimensões, abordando o enfoque do estudo na Teoria da Inovação Social Transformadora (TSI).

2.1 A AUTO-ORGANIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA NAS CIDADES

Grandes transformações e mudanças disruptivas no mundo são perceptíveis no século XXI em diferentes esferas e contextos. Os avanços tecnológicos, a era pós-digital, o uso da inteligência artificial e a comunicação em rede são exemplos de alterações no dia a dia das pessoas, que transformam a maneira como elas interagem e convivem em comunidade. Essas mudanças também trazem consequências no funcionamento das cidades devido ao seu caráter complexo, razão pela qual há a necessidade de um olhar pela lente da teoria da complexidade em cidades (PORTUGALI, 2012).

Para Johnson (2003), a cidade complexa possui uma personalidade que se auto-organiza a partir de milhões de decisões individuais construídas com base em interações locais. Nessa perspectiva, o autor aborda o comportamento emergente que advém das cidades, explicando que o comportamento complexo é um sistema composto de vários autores que interagem de forma dinâmica, em que não recebem instruções de níveis mais altos e seguem regras próprias.

Esse comportamento, segundo o autor, surge espontaneamente no processo de baixo para cima, de forma que, na hierarquia de conexões, a emergência acontece pelas influências das partes em outros níveis da hierarquia (JOHNSON, 2003). Assim, “as cidades possuem uma espécie de inteligência emergente: uma habilidade de guardar e recuperar informações, reconhecer e responder a padrões do comportamento humano” (JOHNSON, 2003, p.73).

O crescimento das cidades é, em sua essência, um processo complexo, pois estas são compostas de diversos atores e padrões de comportamento e de diferentes proporções de espaço e tempo. Portanto, faz-se necessário entender a

interação entre seus diversos ambientes: social, econômico, natural e construído (BATTY, 2008; ALVES, 2014).

As cidades são, por excelência, sistemas complexos, emergentes, longe do equilíbrio, que exigem enorme energia para sua manutenção. Ainda, exibem padrões de desigualdade desovados através da aglomeração e da intensa competição por espaço, além de sistemas de fluxos saturados que têm a capacidade de parecerem ser apenas sustentáveis, mas são, paradoxalmente, redes resilientes (BATTY, 2008).

Como mencionado anteriormente, a auto-organização e a emergência, tratando-os na perspectiva das cidades, são princípios dos sistemas complexos. Assim, a auto-organização é abordada por um conceito interdisciplinar, visto por várias perspectivas, em diferentes áreas das ciências, a exemplo de física, educação, direito, psicologia, planejamento urbano (ALVES, 2013; OLIVEIRA, 2013; VASCONCELLOS; RODRIGUES; LUZZI, 2015; HÖLLDAMPF; ROTHFUSS, 2013), entre outras, o que mostra versatilidade e abrangência em sua utilização.

Segundo Serva (2010, p.28), “auto-organização é o conceito central da complexidade”. A teoria da auto-organização acrescenta à complexidade conceitos de não equilíbrio, emergência, criatividade, auto semelhança, imprevisibilidade, entre outros. Tais conceitos se inter-relacionam diretamente, explicando aspectos e características da dinâmica dos sistemas complexos e das interações entre seus atores (SERVA, 2010).

Surge, a partir daí, um planejamento pensado para as cidades sob a perspectiva da complexidade. Começaram a surgir defensores do processo de *bottom up* (de baixo para cima), que acreditavam que as cidades deveriam ser planejadas e pensadas para e pelas pessoas que a usufruem.

Portanto, esse novo pensamento, de se enxergar e pensar as cidades voltadas para interdisciplinaridade e inter-relação de suas partes, traz uma perspectiva de observar a compreensão das dimensões objetivas urbanas (estrutural, funcional, histórica) e subjetivas (inconsciente coletivo), oferecendo condições para questionar o presente e projetar o futuro (SOUZA, 2010).

A partir daí, nasce uma mudança paradigmática para as ciências e a nova forma de pensar, sendo Jacobs (2011) um dos principais nomes responsáveis pela essa mudança, já que faz uma crítica ao modelo de urbanismo moderno. Ela mostra

uma nova forma de se pensar e planejar a cidade por meio da lente da complexidade, possibilitando que os organismos vivos e os sistemas complexos apresentem transformações através de processos de autossustentação e auto-organização.

Jacobs (2011) aborda as cidades através de sua capacidade de auto-organização e pressupõe a complexidade como uma característica inerente às cidades. A autora também compreende que as cidades são criadas por pequenas atitudes de pessoas comuns que nela interagem, e não por políticos e planejadores.

A cidade não é organismo por si só e devido ela ser composta por inúmeras partes que se interagem e a fazem funcionar por meio de suas inter-relações é razão de sua complexidade. O caráter dinâmico, imprevisível e auto-organizável são características que mostram que as cidades não são ambientes simples de serem estudados, analisados e tampouco planejados e geridos (PORTUGALI, 2012).

Ao contrário, constituem um sistema complexo, composto por diferentes padrões de comportamento e atores, além das diversas esferas que a compõem: social, ambiental e construída (BATTY, 2008; JOHNSON, 2003; PORTUGALI, 2012).

Portanto, compreende-se que as cidades são amplificadores de padrões, em que pequenos grupos expressam comportamentos e desejos de grupos maiores, captando informações e compartilhando com o grupo. Conseqüentemente, esses padrões voltam para as cidades através de pequenas mudanças de comportamentos, que podem, por sua vez, se amplificar em movimentos maiores (JOHNSON, 2003).

Partindo dessa dinâmica de amplificação de comportamentos individuais para macro comportamentos que emergem na cidade, pode-se compreender o surgimento de movimentos sociais por meio de grupos e ações coletivas capazes de transformar a sociedade e, conseqüentemente, as cidades (OLIVEIRA, 2018), como se discorre no tópico a seguir.

2.2 A INSURGÊNCIA CIDADÃ: REIVINDICAÇÃO E AÇÃO PÚBLICA

Na seção anterior, destacou-se que os centros urbanos possuem características inatas, tais como a auto-organização e os comportamentos

emergentes. Esses comportamentos são repetitivos e geram pensamentos coletivos capazes de transformar as cidades. Com base nesta ideia, aborda-se, nesta seção, a insurgência cidadã que emerge na cidade como um fenômeno coletivo de reivindicação, mas também para suprir lacunas deixadas pelo poder público no atendimento de necessidades das classes menos favorecidas.

Estudos sobre os espaços urbanos foram marcados pelo desenvolvimento de fenômenos que ampliaram o entendimento sobre a cidade. Para Guerra (2010), “as cidades e os seus prolongamentos são, por excelência, os cenários em que se desenrolam a nossa civilização”. Uma nova maneira de entender as cidades é a compreensão do espaço urbano como uma grande rede de conexões entre as suas dimensões, sejam elas físicas ou imateriais (PORTUGALI, 2012).

Para Castells (2011), o espaço urbano é entendido como um sistema de valores e comportamentos, denominado cultura urbana. Já a urbanização é compreendida como produção social das formas espaciais que caracterizam a rede urbana, composta por um processo aberto com arranjos complexos.

Assim, as cidades são palco de divulgação de comportamentos e valores chamados de cultura urbana. Gohn (2008) afirma que a cidade é um cenário propício para ações coletivas de caráter social e político, na qual possibilitam diversas formas da população se auto-organizar e expressar suas necessidades.

A cidade, sendo o elemento central de estruturação da sociedade contemporânea, é uma obra dos cidadãos, onde estes possuem o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, etc (LEFEBVRE, 2010). É também a expressão máxima da construção social do espaço e centro das possibilidades de transformação social.

Oliveira (2018) afirma que os centros urbanos são como palcos multiculturais e complexos, nos quais seus agentes possuem identidades diversas que lutam pela cidadania e compreendem diferentes dimensões do ser, tais como: de gênero, étnica, de classes e regional. Contudo, compreendem também dimensões políticas e de valores, igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade, respeito à diversidade, diferenças culturais, entre outras (SCHERER-WARREN, 2006).

Já para Dagnino (2004), a emergência da nova noção de cidadania é abordada através de duas dimensões. A primeira é a de que a cidadania é formada

e está diretamente ligada às experiências de movimentos sociais urbanos, sejam elas ligadas à cidadania, ao acesso à cidade e aos movimentos relacionados a mulheres, negros, ambientais, entre outros. Portanto, essa nova noção de cidadania possui como base fundamental a luta por direitos – tanto de igualdade, quanto de diferenças – e o direito à cidade (LEFEBVRE, 2011).

A segunda dimensão, por seu turno, relaciona-se à ênfase na construção da democracia no seu sentido mais amplo e mais profundo. O autor destaca características da sociedade contemporânea que são incorporadas, como o papel das subjetividades e a emergência de sujeitos sociais e de novos direitos. Assim, resulta em um caráter intrínseco e constitutivo, na busca por democracia de transformação social e em uma conexão entre as dimensões da cultura e da política (DAGNINO, 2004). O autor traz em seu conceito de cidadania, em sua essência, alguns aspectos, a exemplo do sentimento de pertencimento a uma cidade, a uma comunidade e a um projeto de sociedade. Além disso, aborda também em seu conceito a capacidade de articulação de demandas e a busca por soluções.

Assim, a cidade deve ser pensada como uma totalidade coletivamente produzida para que possa ser comunitariamente apropriada e democraticamente administrada por aqueles que a reproduzem. A busca por uma cidade mais justa está pautada na luta pelo direito à cidade, incentivando o cidadão para o direito de participar ativamente das discussões e debates sobre o destino da cidade e das relações sociais que nela ocorrem (DAGNINO, 2004; HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2011).

Para Silva (2004), em seu entendimento, a cidadania possui variações que podem ser resumidas abstratamente em duas: uma formal, que faz parte de uma comunidade política; e outra substantiva, que significa ter acesso a direitos (civis, políticos e sociais) que devem estar disponíveis a todos. Essas duas formas de cidadania não se excluem mutuamente; pelo contrário, se contrapõem e são objeto de disputa.

Nesse contexto, os cidadãos estão encontrando novas formas para tomar decisões coletivas, como a democracia participativa e comunitária. James Holston (2013) compreende esse processo como um modelo de monitoramento social, conhecido como insurgência cidadã, na qual é baseada no cidadão como agente

ativo que busca novas formas de alcançar seus direitos.

A insurgência cidadã é alcançada por meio da participação ativa dos cidadãos em um movimento social ou em comunidades com prática e discurso que buscam defender princípios e direitos democráticos reivindicando novos direitos que, se acatados, conduzirão os espaços democráticos que podem ser expandidos através de projetos liderados por cidadãos ativos.

O autor traz a insurgência cidadã em um entendimento mais amplo do conceito de cidadania, que envolve diferentes aspectos: políticos, civis, socioeconômicos, culturais e legais. Ele aborda a insurgência, no Brasil, como consequência de conflitos e desigualdades históricas ocorridos no país ao longo de décadas. O autor destaca, ainda, que existem muitas democracias que não oferecem a seus cidadãos acesso aos direitos básicos, fazendo-os conviver com injustiças e violência. Essas democracias vivem uma forma de segregação, tratando os sujeitos de forma desigual, não oferecendo acesso a recursos públicos e transformando o acesso aos direitos em uma forma de tratamento especial.

Nas sociedades ditas “democráticas”, o grau do exercício da cidadania é definido na perspectiva da igualdade e da desigualdade. Isso porque “as democracias, em particular, prometem cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade na organização dessas diferenças.” (HOLSTON, 2013, p. 21).

Indo além, Holston (2013) aborda que, historicamente, a cidadania no contexto brasileiro nunca foi reivindicada a partir de paradigmas de uma democracia igualitária, em que sempre se buscou a compensação de privilégios sociais. Tal dinâmica dá origem ao que ele denomina de uma cidadania “diferenciada”, consistindo na distribuição desigual e excludente, baseada em privilégios sociais, de direitos importantes ao exercício substantivo da cidadania (HOLSTON, 2013-259).

Portanto, a cidadania, no contexto brasileiro, não equipara cidadãos, pelo contrário, é uma medida “para diferenciar e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras” (HOLSTON, 2013, p. 23). Em sua obra “Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”, Holston (2013) faz um resgate histórico para entender como se deu a evolução da cidadania urbana. Ele entende que o contexto histórico e social está diretamente ligado à insurgência cidadã, e afirma que esta é, de fato, uma maneira de inovação democrática e uma das formas de cidadania.

Dessa forma, a insurgência cidadã é estimulada através de uma cidadania desigual e diferenciada, pois ela marginaliza os cidadãos por classes, sejam elas sociais, econômicas, entre outras. Assim, os cidadãos tratados de maneira diferente se insurgem contra autoritarismo sociais impostos, podendo realizar movimentos de formas ilícitas ou ilegais (HOLSTON, 2013).

Essa insurgência cidadã nasce nas periferias urbanas, conforme citado por Holston (2013, p. 228):

A consolidação das periferias, com tudo que envolveu este processo – ocupação ilegal de terras, conflitos em torno da sua posse, novas formas de organização política, construção e melhoramento das moradias – fez emergir novos atores políticos e uma nova concepção de cidadania que questiona regimes de privilégios. Esses novos sujeitos políticos nasceram da luta pela legalização das moradias e da experiência da propriedade, resignificando práticas e “valores vinculados classicamente à propriedade fundiária na história da cidadania”.

Assim, a luta pela cidadania se dá com propósito de expressar desejos e demandas por direitos à cidade, por meio de novos atores políticos, por meio de um discurso reivindicatório (HOLSTON, 2013).

2.3 MOVIMENTOS INSURGENTES: A EMERGÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO NA DINÂMICA DA CIDADE

Na seção anterior destacou-se a insurgência cidadã no seu papel de reivindicação e transformação na sociedade. A luta pela cidadania se dá no dia-a-dia da cidade e nasce com o desejo de mudanças e transformações que estão diretamente ligadas a diferentes aspectos, tais como gênero, etnia e classes.

Assim, segundo Oliveira (2018), surgem os movimentos e grupos insurgentes que podem ser entendidos como consequência das contradições urbanas ou reflexo da vivência na cidade, que acarretam desigualdades ocasionadas pela falta ou problemas na execução de políticas públicas e práticas de governo.

Gohn (2010) afirma que esses movimentos, criam uma cultura de pertencimento em seus participantes e lutam pela inclusão social:

(...) constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado

empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede [e] ao, realizarem essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2010, p. 336).

Portanto, a insurgência cidadã e os movimentos dela oriundos mudam o ambiente e os espaços públicos da cidade como um todo, juntamente com grupos e movimentos que assumem uma direção e se transformam em movimentos mais abrangentes, ultrapassando os níveis locais. (LIMA, 2015).

Esses movimentos são compostos por pessoas comuns que lutam por espaços e formas de exercer sua cidadania, que manifestam suas práticas de insurgência sobre assuntos relacionados a espaços públicos, mas também sobre assuntos de cunho socioeconômico, entre outros. Portanto, para Oliveira (2018), a insurgência cidadã deve ser levada em consideração nos planejamentos urbanos, pois faz parte do dia a dia das cidades e são resultados da massa crítica criada pelos cidadãos. Desse modo, nota-se que a atuação dos coletivos urbanos é direcionada para a formação de cidades mais inclusivas e democráticas.

Para Lima (2015, p. 41),

O surgimento de novos agentes sociais e de mobilizações que permeiam a história urbana recente dá mostras do conjunto de contradições presentes na cidade. Nesse contexto, os coletivos urbanos surgem como modos de organização capazes de criar culturas defensivas diante de situações-problema vivenciadas no espaço urbano.

Os chamados coletivos urbanos vieram para questionar as condições em que se encontram os espaços urbanos, por meio de manifestações de diversos tipos de caráter: artístico, político e urbanístico.

Dessa forma, essas manifestações se unem em prol de um mesmo ideal, que é o de gerar discussões sobre a construção da cidade por meio de apropriações e ações imprevisíveis e, a partir disso, chamar a atenção dos cidadãos e atrair olhares para os espaços públicos ociosos, esquecidos pelo poder público e pela sociedade, para ressaltar o ideal de lazer, cultura e convivência em meio ao ambiente urbano. (HORI, 2017).

Os coletivos urbanos têm contribuído com a sociedade na organização e conscientização, colocando demandas construtivas em torno de práticas de mobilização. Esses movimentos “[...] não são apenas reativos, movidos só pelas

necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência” (GOHN, 2010, p.16).

Além disso, surgem de mobilizações que marcam a história urbana da cidade e se apresentam de forma organizada, criando um ambiente propício a culturas para solucionar problemas que são criados no dia a dia dos espaços urbanos.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem ênfase em estudar os grupos que possuam a natureza reivindicatória e que se originam da insurgência cidadã, independente de sua abrangência. Assim, para efeito dessa pesquisa, adota-se o conceito de Oliveira (2018), em que serão considerados grupos insurgentes aqueles que reúnem as características de auto-organização e emergência, que apresentam a prestação de serviços à população e que tenham como origem e destino a própria comunidade, e que não estejam sendo executados pelo poder público.

A questão que se apresenta sobre esses movimentos é: eles podem ser enquadrados como inovações sociais? Assim, discute-se o quadro conceitual sobre o assunto nos próximos tópicos.

2.4 INOVAÇÃO

Este trabalho tem como base de fundamentação a conceituação de Inovação Social e suas possíveis dimensões, assim como, sua relação com grupos insurgentes. Esta seção visa justamente a apresentar contribuições que possibilitam uma melhor compreensão do conceito de inovação social.

Para isso, é importante destacar alguns conceitos a respeito de inovação. A definição de inovação pode ser encontrada em diversas abordagens teóricas que a classificam de forma difusa e contextual, referindo-se a vários tipos, métodos e características de inovações.

Segundo Schumpeter (1998), inovação se refere ao processo de desenvolvimento de uma invenção com a finalidade exclusiva de comercialização. As abordagens teóricas citadas adotam o conceito de inovação de forma específica, com foco em fins econômicos.

De acordo com o Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (LASTRES; CASSIOLATO, 2003), a inovação pode ter foco no produto, no processo ou nas formas de organizar a produção, a distribuição e a comercialização de bens e serviços.

No Brasil, a Lei da Inovação no 10.973, de 02 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), reconhece inovação como a introdução de uma novidade ou um aperfeiçoamento, nos ambientes produtivo ou social, que resulte em novos produtos, processos ou serviços.

Segundo Tigre (2006), a inovação se dá com a prática da invenção, seja uma criação de um processo, de uma técnica ou de produto novo. Já para Barbieri (2007), uma organização inovadora “é a que introduz novidades de qualquer tipo em bases sistemáticas e colhe os resultados esperados” (BARBIERI, 2007, p. 88).

Tidd, Bessant e Pavitt (2008), por sua vez, tratam a inovação como mudanças. Para esses autores, estas podem ocorrer de acordo com os 4P's da inovação: inovação de Produto (mudanças em produtos e serviços); inovação de Processo (mudanças na forma como são distribuídos produtos e serviços); inovação de Posição (mudanças no contexto, em que produtos e serviços são introduzidos); inovação de Paradigma (mudanças nos modelos mentais que orientam atividades desenvolvidas pelas organizações).

Desse modo, entende-se que a inovação é proveniente de um processo de mudança, seja ela estrutural ou funcional, e que, para ser aplicada de forma eficiente nas organizações ou na sociedade civil, necessita de um procedimento de difusão. Para Rogers (1995) essa difusão corresponde ao processo na qual a inovação é transmitida através de certos canais entre os membros de um sistema social durante um certo tempo, onde essa comunicação indica um processo de convergência ou divergência sobre novas ideias e significados que são concedidos a determinados eventos, numa relação de troca mútua.

Ainda na visão deste autor, o sistema social influencia diretamente a difusão de inovações, visto que a existência de um sistema estruturado, composto por padrões pré-estabelecidos que direcionam o comportamento do indivíduo e garantem a estabilidade do sistema, pode atuar como ferramenta facilitadora, ou não, do processo de difusão das inovações (ROGERS, 1995).

Nesse contexto, entende-se que os indivíduos presentes em um sistema

social são influenciados pelos agentes de mudança desse sistema, o que explica a expansão da criação de movimentos na sociedade atual.

2.4.1 Inovação social: histórico e conceitos

A inovação social surgiu como uma nova temática dentro do campo de pesquisas em inovação. É considerado um campo de estudo emergente e que ainda não possui um conceito consensual, tendo recebido vários significados sobrepostos, e invocando conceitos como mudança institucional, fins sociais e bens públicos.

No início da década de 1970, segundo Cloutier (2003), os primeiros autores a usarem o termo “inovação social” foram James B. Taylor (*Introducing social innovation*) e Dennis Gabor (*Innovations: scientific, technological, and social*). Taylor (1970) aborda inovação social como a busca de repostas para as necessidades sociais por meio da introdução de uma invenção social, ou seja, uma “nova forma de fazer as coisas”, uma nova organização social. Já Dennis Gabor (1970), por seu turno, abordou as inovações sociais como ferramentas para problemas territoriais de um determinado local, numa proposta de estratégias de desenvolvimento.

Na década de 1980, por sua vez, houve forte crescimento de estudos sobre inovação social a partir dos processos institucionais de aprendizagem, do desenvolvimento socioeconômico e de questões do território (ANDRÉ; ABREU, 2006).

Mas, somente a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, é que de fato ocorre o desenvolvimento do conceito de inovação social na literatura, em especial nas ciências sociais e em disciplinas como administração pública, história, movimentos sociais, gestão, economia e empreendedorismo social, entre outras (CAJAIBA-SANTANA, 2013; MOULEART *et al.*, 2005). Maurer e Silva (2014, p. 130) corroboram, afirmando que o campo da investigação pode ser considerado recente, com as contribuições mais significativas tendo sido feitas a partir do ano 2000.

Cloutier (2003) considera a inovação social como uma resposta às necessidades sociais, mencionando ser uma nova resposta a uma situação social desfavorável, que busca o bem-estar de indivíduos e/ou comunidades, por meio da

ação e da mudança sustentável. Afirma também que a inovação social é uma resposta para uma situação social insatisfatória, justificando esse título pelo fato de se referir ao bem-estar de pessoas e/ou comunidades, e de estar destinado a desenvolver indivíduos, territórios e negócios através de ação duradoura.

Seguindo esse raciocínio André e Abreu (2006) afirmam que a inovação social é atribuída uma natureza de caráter coletivo, além da intenção e da geração de transformações das relações sociais.

Segundo Rollin e Vicent (2007), a inovação social se divide em dois caminhos: no primeiro, é entendida como efeito provocado na organização social pela implementação de uma inovação tecnológica, sofrendo influência direta desta; no segundo, a inovação social é entendida como um processo exclusivamente social, isto é, uma forma inovadora de cumprir os objetivos sociais e que assume uma necessidade urgente de melhorar as práticas sociais, diferenciando-se de outros tipos de inovação.

As inovações sociais podem ser compreendidas, segundo definição de Neumeier (2012), como mudanças de comportamento, atitudes ou percepções de um grupo de pessoas que se juntam em uma rede, com interesses alinhados em relação às experiências do grupo e cujas ações levam a novas e melhores alternativas de ação colaborativa.

Conforme Cajaiba-Santana (2013), as inovações sociais manifestam-se em mudanças de atitudes, comportamentos ou percepções, o que resulta em novas práticas sociais. O autor destaca que essas mudanças devem ocorrer tanto na forma de agir e interagir dos agentes sociais entre si, quanto nas mudanças na vida social, possibilitadas pelo contexto em que essas ações ocorrem através da criação de novas instituições e novos sistemas sociais.

Quanto aos autores que trabalham com o tema inovação social, diversos conceitos são apresentados, como se observa no Quadro 01. Entretanto, tais definições se complementam e de certa forma contribuem para a construção de uma ideia, que pode ser compreendida como inovação social, fazendo com que o conceito esteja em constante debate e construção.

Quadro 01 – Definições sobre inovação social de diversos pesquisadores

| Autor | Conceito |
|--|--|
| Taylor (1970) | Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais. |
| Dagnino e Gomes (2000 in Dagnino et al., 2004) | Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais. |
| Cloutier (2003) | Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades. |
| Stanford Social Innovation Review (2003) | O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais. |
| Tardif e Harrison (2005) | Verificaram que os conceitos essenciais na definição de uma inovação social com vistas à transformação social são compostos pelas seguintes dimensões: a) novidade e caráter inovador da inovação; b) objetivo da inovação; c) processo de desenvolvimento da inovação; d) relações entre atores e estruturas; e) restrições ao desenvolvimento da inovação. |
| Novy e Leubolt (2005) | A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação. |
| Rodrigues (2006) | Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções. |
| Moulaert et al. (2007) | Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e de poder) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária. |
| Mulgan et al. (2007) | Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas por meio de organizações cujos propósitos primários são sociais. |
| Phills et al. (2008) | O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular. |
| Pol e Ville (2009) | Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida. |
| Hochgerner (2009) | Inovações sociais são novos conceitos e ações aceitos por grupos sociais impactados que são aplicados para |

| | |
|----------------------|--|
| | superar desafios sociais. |
| Murray et al. (2010) | Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir. |
| Bignetti (2011) | É o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. |
| Mulgan et al. (2011) | Inovações sociais são inovações que são sociais, tanto em seus fins e em seus significados. Especificamente, nós definimos inovações sociais como novas ideias (produtos, serviços e modelos) que atendam simultaneamente as necessidades sociais (de forma mais eficaz do que as alternativas) e criar novas relações sociais ou colaborações. Em outras palavras, eles são inovações que são boas para a sociedade e melhorar a capacidade da sociedade para agir. |
| TRANSIT (2015) | Inovação social transformadora, como "mudança nas relações sociais, envolvendo novas formas de fazer, organizar, enquadrar e/ou saber, que desafia, altera e/ou substitui instituições/estruturas dominantes em um contexto social específico". |
| CRISES (2017) | Novos arranjos sociais, organizacionais ou institucionais e, ainda, novos produtos ou serviços, com um objetivo social explícito, decorrente de uma ação individual ou iniciada por um grupo, para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, fornecer uma solução para um problema ou aproveitar uma oportunidade de ação, visando modificar as relações sociais, transformando um quadro de ação ou propondo novas orientações culturais. |

Fonte: Adaptado de BIGNETTI (2011) e JULIANI et al. (2014) e complementado pelo autor.

Percebem-se algumas características comuns nas definições apresentadas: mudança da qualidade de vida das pessoas beneficiadas por esse tipo de inovação; inclusão de grupo; busca pela satisfação das necessidades humanas; busca de soluções negligenciadas pelo poder público; importância da participação social na construção do bem comum; entre outras. Portanto, a concepção de inovação social é ampla, multifacetada e direcionada para o alcance de resultados múltiplos. (CAJAIBA, 2013; BUTKEVIČIENE, 2009).

Dessa forma, no sentido de deixar mais claro o entendimento desse conceito, destacam-se as principais características da inovação social

(GREGOIRE, 2016; HILLIER; MOULAERT; NUSSBAUMER, 2004; CLOUTIER, 2003): a) Possui como característica a novidade e ação dirigida para atingir o resultado desejado, seja por meio de uma melhoria de uma solução já existente ou a sua implementação em outro contexto, mas buscando novas práticas sociais; b) Busca atender tanto a necessidades básicas da vida humana, quanto a aspirações sociais e ambientais, melhorando, assim, a qualidade de vida da sociedade; c) Está situada, ainda, tanto no resultado perseguido, quanto na forma ou métodos utilizados. Entre esses métodos, o envolvimento dos atores através de uma dinâmica participativa é fundamental para promover mudanças de atitude, comportamento ou percepção.

Portanto, para Moulaert (2005), essas características permitem entender por que a inovação social tem se tornado cada vez mais influente em diversas áreas de conhecimento. Atualmente, a inovação social é inspiração de muitos movimentos sociais, associações e iniciativas de base para reivindicar melhorias em suas condições humanas, sua vida comunitária e seu lugar na sociedade (MOULAERT *et al.*, 2013).

2.4.2 Inovação como valor social

As inovações sociais se tornaram fundamentais na resolução de problemas sociais em vários níveis. Para que possa ser considerada de cunho social, uma inovação deverá apresentar uma nova solução, criada ou modificada, de modo que resolva os problemas e atenda às necessidades sociais não atendidas, causando impacto social (FILÉTI, 2019).

A inovação social possui como característica uma nova ação intencional direcionada para atingir o resultado desejado. São planejadas e orientadas para o objetivo específico de fazer mudanças sociais pelo uso de novas práticas sociais. (HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

Murray *et al.* (2010) colocam que a inovação social trata da satisfação das necessidades sociais por meio da criação de novas relações de forma cooperativa, apontando para o fato de que as inovações sociais devem gerar bem-estar para a comunidade e aumentam a sua capacidade de agir. Segundo Bignetti (2011), a inovação social compreende ideias, ações e conhecimentos novos ou melhorados, e

duradouros que têm o propósito de superar as necessidades sociais nas mais diversas áreas com a participação de todos os envolvidos.

Os objetivos de inovações sociais, em um nível micro, abrangem a satisfação das necessidades sociais e a melhoria da capacidade de agir enquanto grupos e indivíduos, por exemplo. Já numa perspectiva macro, a inovação social trata de uma mudança geral na sociedade ao diminuir as desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável o que tornaria uma nova ideia, de forma a estabelecer um novo jeito de pensar (BUHEGGER; ORNETZEDER, 2000; CAJAIBA-SANTANA, 2013).

Ao lado do objetivo de satisfazer as necessidades sociais, a inovação social se preocupa em promover a inclusão social e de criar valor social condizentes com os interesses dos grupos sociais em detrimento da apropriação de valor e dos interesses individuais (ANDRÉ; ABREU, 2006). No que se refere à criação de valor da inovação social, a mesma se encontra na participação da comunidade, e o *locus* está voltado para a resolução de problemas sociais, as necessidades e os desafios apontados pela comunidade, uma demanda local (BIGNETTI, 2011).

No entanto, as iniciativas para inovações sociais podem se dar por meio de governos, criando leis e políticas públicas que atendam os desejos e anseios da sociedade (ANDRÉ; ABREU, 2006; MURRAY; CAULIER-GRICE; MULGAN, 2010).

Por outro lado, a falta de capacidade do Estado em suprir as necessidades da população e a ausência de políticas públicas que direcionem o investimento para o aumento de competitividade em detrimento do desenvolvimento social acarretam uma exclusão social que estimula as inovações sociais a solucionarem necessidades e problemas de caráter coletivo (COMEAU, 2004).

Uma vez que as estruturas existentes se mostram incapazes de eliminar ou diminuir completamente os problemas envolvendo as desigualdades sociais, surgem iniciativas orientadas para uma economia social (MURRAY et al., 2010). Ações voluntárias, grupos ou coletivos de ação social, iniciativas de economia solidária, organizações não governamentais, entre outros, são alguns exemplos de movimentos sociais que procuram ocupar o espaço deixado pela retração ou inação do Estado e atuam nas mais diversas áreas, como meio ambiente, incentivo a cultura, direito das mulheres, saúde para todos, segurança alimentar, movimento em prol dos direitos da minoria, contra opressão, entre outros.

No Brasil, destaca-se a Fundação Banco do Brasil com prêmio de Inovação de Tecnologia Social onde premia e difunde movimentos que desenvolvem iniciativas transformadoras promovendo a inclusão e a melhorias das condições de vida da população. Como exemplo, entre muitos, destaca-se o Movimento Centro Feminista 08 de março, na cidade de Mossoró, com o Projeto “Água Viva” que tem como objetivo de reaproveitamento da água utilizada nas atividades domésticas para aguar a plantação frutas e hortaliças passando por processo de filtragem. Outro que merece destaque é o Movimento Arrastão de Promoção Humana de São Paulo, premiado com o programa “Cor Arrastão” que desenvolve ações de revitalização de fachadas, melhoria física, arte e cultura, meio ambiente, cidadania e empreendedorismo em comunidades de baixa renda.

Esses movimentos sociais representam novas práticas em grupo onde cada autor tem papel de participar e expressar livremente suas concepções e, em vez de soluções isoladas, buscam fortalecer as dimensões comunitária e cidadã, unindo forças em ações conjuntas (BIGNETTI, 2011).

Ao lado dessas iniciativas, a inovação social surge como uma das formas de alternativas viáveis para diminuir ou resolver as dificuldades enfrentadas pela sociedade. Portanto, esses movimentos são também agentes de mudança e causadores de inovações sociais. Todos os fomentadores de inovação social citados complementam suas atividades mutuamente, por isso, é de fundamental importância que exista cada vez mais atores dispostos a se envolver criando uma consciência de mudança e benefício à sociedade (BIGNETTI, 2011).

Assim sendo, a inovação social tende a ultrapassar as fronteiras entre os diversos setores, sejam setores públicos, privado e sem fins lucrativos e desenvolve a troca de ideias e valores, a mudança de papéis e novas relações, visando atender às necessidades de grupos marginalizados ou excluídos (MACCALLUM *et al.*, 2009; MOULAERT *et al.*, 2005). Neste sentido, compreende-se que os movimentos insurgentes aqui estudados, estão alinhados a esta perspectiva.

2.4.3 Principais dimensões da inovação social

Os diversos conceitos e abordagens das inovações sociais remetem a diferentes maneiras de analisá-las. Entretanto, na procura pela compreensão do

processo de inovação social, surgem diferentes classificações sobre as dimensões que a compõem, no qual cada pesquisador analisa essas dimensões em um contexto específico de estudo (SOUZA; SILVA FILHO, 2014).

Neste sentido, essa subseção se dedica a apresentar as principais classificações e dimensões da inovação social desenvolvidas por diferentes pesquisadores e, ao final, inicia o modelo de dimensão de inovação social a ser usado neste trabalho.

Um dos primeiros autores e precursores a estudar sobre o tema da inovação social, Cloutier (2003) a classifica de quatro diferentes formas: o objeto em si (a forma), o processo de criação e implementação (o processo), as alterações/modificações alvo (atores envolvidos) e os resultados (objetivos da mudança). Ainda de acordo com a autora, o objeto em si pode ser definido por meio de dois aspectos: tangibilidade e novidade/objetivo global. Quanto ao primeiro, Cloutier (2003) corrobora que a inovação social não é um objeto claramente definido, podendo assumir diversas formas. Já em relação ao segundo, ela ressalta que a inovação social persegue um objetivo, que é o de promover o bem-estar dos indivíduos e das comunidades.

Em relação ao processo de criação e implementação de uma inovação social, Cloutier (2003) afirma que esta é caracterizada pela diversidade de atores e pela participação do usuário. Quanto às alterações/modificações alvo, a autora afirma que as inovações sociais se concentram em desenvolver a capacidade do indivíduo de recuperar o poder sobre sua existência, melhorando, assim, a qualidade de vida. Por fim, ela enfatiza que os resultados das inovações sociais devem produzir uma mudança longa, podendo fazer referências a novos valores sociais, crenças e atitudes compartilhadas por integrantes de uma sociedade.

Portanto, a partir dos pontos destacados, Cloutier (2003) afirma que a inovação social é, para a maioria dos pesquisadores, uma “nova resposta” para o bem-estar de indivíduos e/ou comunidades, sendo definida por seu caráter inovador, seu processo e seu objetivo, e que fornece efeitos sociais positivos.

Neumeier (2012), de maneira mais simples, define as etapas pelas quais podem passar as inovações sociais: a) problematização, que surge a partir de um impulso inicial (ideia ou a identificação de um problema) para implementar uma mudança; b) manifestação de interesse, que se relaciona com o contato

estabelecido entre os atores que desejam promover e fazer parte da mudança; c) delimitação e coordenação, caracterizadas pela negociação entre os atores em volta dos novos comportamento e atitudes que serão assumidos, a partir de um processo de aprendizagem coletiva.

O modelo desenvolvido por Tardif e Harrisson (2005), conforme expressa o quadro 02, identifica as dimensões de análise da inovação social com base em estudos realizados pelo *Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales - CRISES*, um dos maiores centros de pesquisa sobre a inovação social. De início, eles destacaram alguns elementos chaves que permitiram identificar os conceitos básicos de uma inovação social: novidade e caráter inovador; objetivo; processo de desenvolvimento; relações entre atores e estruturas; e restrições ao seu desenvolvimento.

Tardif e Harrisson (2005) analisaram 49 estudos e constataram que o conceito fundamental para a definição de uma inovação social, que leva a uma transformação social, compõe-se das seguintes dimensões: a) Transformações; b) Caráter inovador; c) Características da Inovação; d) Os atores envolvidos; e) Processo de desenvolvimento da inovação.

Quadro 2 - As dimensões de análise da inovação social de Tardif e Harrisson

| Dimensão Transformações | Dimensão Caráter Inovador | Dimensão Inovação | Dimensão Atores | Dimensão Processos |
|---|--|---|--|---|
| Contexto macro / micro - crise - ruptura - descontinuidades - modificações estruturais | Modelo: - de trabalho de desenvolvimento de Quebec de governança | Escala: - local | Sociais: - movimentos cooperativos/comunitários/associativos - sociedade civil - sindicatos | Modo de coordenação: - avaliação - participação - mobilização - aprendizagem |
| Econômicas: - emergência - reconversão - ajustamento - relações de trabalho/produção/consumo | Economia: - do saber/conhecimento mista social | Tipos: - técnica - sociotécnica - social - organizacional - institucional | Organizações: - empresas - organizações da economia social - organizações coletivas - destinatários | Meios: - parcerias - concertação - integração - negociação - empoderamento - difusão |

| | | | | |
|---|---|--|---|---|
| Sociais: - recomposição - reconstrução - exclusão/ marginalização - prática - mudança - relações sociais/ de gênero | Ação social: - tentativas - experimentos - políticas - programas - arranjos institucionais - regulação social | Finalidade: - bem comum - interesse geral - interesse coletivo - cooperação | Instituições: - Estado - identidade - valores/normas Intermediários: - comitês - redes sociais e alianças/de inovação | Restrições: - complexidade - incerteza - resistência - tensões - compromissos - rigidez institucional |
|---|---|--|---|---|

Fonte: Adaptado de Tardif e Harrisson (2005).

Na dimensão Transformações, Tardif e Harrisson (2005) destacam que o contexto de mudanças, seja na esfera macro e micro na qual uma inovação social é desenvolvida, resulta da identificação dos problemas de ordem econômica e/ou social, tais como, crises, rupturas, descontinuidades e modificações estruturais. Estes cenários são vistos como motivadores para o surgimento de inovações sociais que podem ter efeito sobre os aspectos sociais e econômicos de determinado local.

Já na dimensão Caráter Inovador, Tardif e Harrisson (2005) descrevem a ação social que leva à formação de uma inovação no tipo de economia na qual ela está inserida e aos diversos modelos que podem ser gerados a partir de sua implantação e divulgação. Assim, a partir do contexto de emergência e de mudanças, os atores são estimulados a desenvolver soluções para reduzir determinada situação-problema.

A terceira dimensão, designada Inovação, aborda a classificação dada pelo CRISES sobre os principais tipos de inovações sociais: técnica (desenvolvimento de produtos ou serviços que busquem melhoria bem-estar dos indivíduos); sociotécnica (ocorre dentro da organização na busca de desenvolvimentos de alguma tecnologia); organizacional (busca trazer melhoria dentro das necessidades dos colaboradores); institucional (atuação do Estado em soluções, como uma nova lei, normas e acordos, melhorando, assim, áreas de saúde, moradia, emprego, entre outras); e social. Esta dimensão busca uma cooperação dos atores por meio do alcance do interesse coletivo, conciliando os objetivos gerais e individuais.

A dimensão Atores, por seu turno, descreve vários atores que podem ser de diferentes tipos, tais como, Social, Organizacional, institucional e Intermediário, e se envolvem no desenvolvimento e na implementação de uma inovação social

particular (TARDIF; HARRISSON, 2005). Os atores sociais podem ser os de dentro da sociedade civil, de cooperativas, de associações comunitárias. Os atores organizacionais incluem empresas, organizações da economia social, empreendimentos coletivos e, especialmente, acionistas das empresas.

A categoria Atores Institucionais é formada pelas instituições do Estado e a identidade. Já os Atores Intermediários incluem os chamados "atores híbridos", que se referem à relação entre os diferentes atores e resultam em comissões ou redes sociais bi ou trilaterais de alianças ou de inovação.

Por fim, Tardif e Harrison (2005) descrevem a dimensão Processo em termos de modos de coordenação (maneira pela qual os atores interagem e coordenam o desenvolvimento de uma inovação social), dos meios envolvidos e das restrições a sua implantação.

Portanto, as cinco dimensões do modelo de Tardif e Harrison (2005) apresentadas aqui, contemplam o processo de inovação social desde sua geração, passando pelo processo de implementação e pela participação dos atores envolvidos, até a análise dos impactos dessas ações, incluindo o aprimoramento das práticas adotadas com o intuito de melhor alcançar os seus objetivos.

Outro modelo criado foi o Ciclo de Inovação Social de Mulgan (2006) que foi um dos primeiros pesquisadores a propor a inovação social como processo e, posteriormente, foi aperfeiçoado por Murray *et al.* (2010). O modelo proposto, conforme figura 1, é composto por seis estágios, a saber: avisos; propostas; protótipos; manutenção; escala; e mudança sistêmica.



Fonte: Murray *et al.* (2010, p. 11).

Segundo Murray *et al.* (2010), os estágios são caracterizados conforme a seguinte descrição:

a) avisos, inspirações e diagnósticos: nesse estágio, existem os fatores que destacam a necessidade de inovação (a crise, o mau desempenho, a estratégia). Essa etapa também envolve a investigação do problema e a formulação da pergunta, de tal forma que as causas do problema, e não apenas os seus sintomas, sejam abordados;

b) propostas e ideias: é a fase onde as ideias são geradas e podem envolver métodos formais, a exemplo de projetos que ajudam a atrair as ideias e experiências de uma ampla variedade de fontes;

c) protótipos e pilotos: nesta etapa, as ideias são realmente testadas na prática através de ensaios clínicos e protótipos. Na economia social, é importante apurar e testar as ideias;

d) manutenção: é a fase que a ideia se torna uma prática rotineira. Trata-se de aprimorar ideias (racionalizar) e identificar os fluxos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira ao longo prazo da empresa, empresa social que vai levar a inovação à frente;

e) escala e difusão: nesta etapa, são diversas as estratégias para o crescimento e disseminação da inovação, que envolve desde o crescimento organizacional, por meio do licenciamento e franquia, até a colaboração ou livre difusão. Estímulo e inspiração também desempenham um papel fundamental na disseminação de uma ideia ou prática;

f) mudança sistêmica: esta etapa é o objetivo final de inovação social. A mudança sistêmica abrange o envolvimento de muitos elementos, tais como: movimentos sociais, modelos de negócios, leis e regulamentos, dados e infraestrutura e novas formas de pensar e agir. A inovação sistêmica envolve mudanças do setor público, do setor privado, da economia e das famílias, geralmente por longos períodos de tempo.

Esses estágios nem sempre são sequenciais e podem, em algumas situações, ter fases sobrepostas umas às outras, configurando estruturas diferentes de estágios. Quanto maior a interação por meio de ciclos de *feedback* entre eles, mais *loops* serão criados ao longo do processo, garantindo, assim uma imagem em formato de espiral de acordo com o processo de inovação social. Destaque-se que,

em alguns casos, não são necessárias as seis fases para desenvolver a inovação social (MURRAY *et al.*, 2010).

Por fim, um modelo de dimensão de inovação social mais recente foi proposto pelo TRANSIT (*TRANSformative Social Innovation Theory*), um projeto financiado pela União Europeia que teve início em 2014, com duração de quatro anos, que busca entender as inovações sociais transformadoras. Este projeto envolve doze universidades/institutos de pesquisa na Europa e na América Latina, e um grupo de pesquisadores (HAXELTINE *et al.*, 2013) que propuseram a Teoria da Inovação Social Transformadora – Teoria TSI.

Essa teoria tem por objetivo explorar transformações, buscando sociedades mais sustentáveis, inclusivas, resilientes, e assim, mais aptas a responder eficazmente aos desafios sociais (HAXELTINE *et al.*, 2013).

Para melhor entendimento, apresenta-se abaixo, no Quadro 03, um resumo dos diferentes modelos de inovação social e seus contextos de estudo descritos nessa sub-seção.

Quadro 3 – Resumo das principais dimensões de análise da inovação social

| Modelo de Inovação Social | Contexto do estudo |
|--|---|
| Análise da Inovação Social de Cloutier (2003) | Modelo identifica critérios para que se possa reconhecer uma inovação social: a) inovadora e experimental em um dado contexto; b) disposição para tomada de risco por parte dos atores do projeto; c) impacto sobre as políticas sociais em nível nacional ou local; d) qualidade da parceria entre atores; e e) participação dos beneficiários no projeto. |
| O modelo de Tardif e Harrisson (2005) | Modelo segmentado em dimensões onde os atores da inovação compreendem o pluralismo da economia de Quebec. Em virtude deste fato o modelo possui foco em governança e gestão participativa. |
| O ciclo de Inovação Social de Mulgan (2006) | Aborda um contexto geral, podendo ocorrer em qualquer localidade. O modelo foi elaborado a partir de diversas práticas de inovação social em diferentes contextos. |
| A teoria da Inovação Social Transformadora Teoria TSI (2014) | Explora transformações, buscando sociedades mais sustentáveis, inclusivas, resilientes, e assim, mais aptas a responder eficazmente aos desafios sociais. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que estes modelos colaboram para identificação das inovações sociais e melhoria das práticas sociais das mais variadas iniciativas e em diferentes contextos regionais existentes. Em virtude disso, justificam-se os estudos desses diferentes modelos com o objetivo de identificar qual ou quais os modelos se enquadram melhor na aplicação de atividades.

Assim, a TSI surge como uma nova área de estudo, com uma nova perspectiva para entender que a inovação social deve se tornar uma realidade onde ela é adotada. Portanto, o contexto em que a inovação social é adotada deve ser interpretado, e as transformações, neste contexto, devem ser entendidas.

Dessa forma, o referido modelo foi escolhido para esse estudo pela sua relevância, visto que as dimensões de análise propostas por esses autores têm sido pouco utilizadas como lente teórica nos estudos empíricos, contribuindo, assim, para novos estudos do modelo e para o fortalecimento e desenvolvimento de uma teoria da inovação social aplicada à realidade local, por meio do estudo de diferentes casos de inovação social no Brasil.

Após a apresentação da revisão de literatura, a próxima seção cabe apresentar o *framework* analítico que foi desenvolvido para a análise das dimensões de inovação social nos movimentos insurgentes.

2.4.4 Framework analítico adotado para análise das dimensões de inovações sociais nos movimentos insurgentes

Conforme já ressaltado, a análise das dimensões de inovações sociais dos movimentos insurgentes, a ser adotada nesta pesquisa, foi baseada no modelo da Inovação Social Transformadora - *Transformative Social Innovation* (TRANSIT, 2015).

O TRANSIT conceitua inovações sociais transformadoras como “mudanças nas relações sociais, que envolvem novas formas de fazer, organizar, estruturar e/ou saber, que desafiam, alteram e/ou substituem instituições/estruturas dominantes em um contexto social específico” (PEL et. al., 2015, p. 18-19).

Essa teoria classifica as inovações sociais em três grandes categorias: i) inovações sociais de base, iniciativas a nível mais amplo e iniciativas do tipo sistêmicas. A primeira categoria se refere às demandas sociais não abordadas pelo mercado e que são direcionadas a grupos frágeis da sociedade; ii) iniciativas a nível mais amplo que diz respeito aos desafios sociais, em que o limite entre os aspectos sociais e econômicos são direcionados para a sociedade como um todo; iii) iniciativas do tipo sistêmicas que se referem a mudanças em atitudes e valores, estratégias, estruturas e processos organizacionais, sistemas de entrega e

serviços.

Assim, as inovações sociais desempenham um papel na reestruturação da sociedade mais participativa, em que as pessoas estão aptas a buscar maneiras de atender as suas próprias necessidades e as dos outros de uma forma diferente (HAXELTINE *et al.*, 2013).

A teoria TSI parte do pressuposto de que o contexto de mudança sistêmica permite identificar o que eles chamam de *game-changers*. Tomando como exemplo a crise financeira mundial ou as alterações do clima, a teoria TSI pode descompactar a dinâmica entre os *game-changers*, com discursos transformadores, inovações sociais e mudanças sistêmicas em nível dos sistemas sociais em aspectos selecionados, como por exemplo, saúde, bem-estar, energia, transportes e finanças, entre outros (HAXELTINE *et al.*, 2013).

Como resultado, a teoria TSI tem como ponto inicial uma heurística conceitual que propõe cinco definições para ajudar a diferenciar os “tons de mudança e inovação” pertinentes: a inovação social; a inovação do sistema; *game-changers*; as narrativas de mudança; e a transformação da sociedade. Cada um desses tons é definido no quadro 4.

Quadro 4: Cinco tons de mudança e inovação: definições de trabalho

| Cinco tons de mudança e inovação | Definições |
|----------------------------------|--|
| Inovação social | Novas práticas sociais, incluindo novas (combinações de) ideias, modelos, regras, relações sociais e/ou produtos. |
| Inovação do sistema | Mudar ao nível dos subsistemas sociais, incluindo as instituições, estruturas sociais e infraestruturas físicas. |
| <i>Game-changers</i> | Macro evoluções que são percebidas como mudanças (as regras, o campo e os jogadores) do 'jogo' de interação social. |
| Narrativas de mudança | Discursos sobre a mudança e inovação, ou seja, conjuntos de ideias, conceitos, metáforas e/ou linhas de história sobre mudança e inovação. |
| Transformação da sociedade | Mudança fundamental e persistente em toda a sociedade, superando subsistemas e incluindo mudanças simultâneas em múltiplas dimensões. |

Fonte: Avelino *et al.* (2014, p. 9).

A Figura 2 representa a heurística conceitual para explorar a dinâmica da Inovação Social Transformadora, em que implica em uma determinada hipótese de como os diferentes tons de mudança e inovação interagem, ou seja, como a transformação social é moldada e produzida por determinados padrões de interação entre a inovação social, a inovação do sistema, *game-changers* e

narrativas de mudança. Os atores, iniciativas e redes estão empoderados (ou com falta de poder) para contribuir com este processo por meio de diversas formas de governança, aprendizagem social, recursos e monitoramento (HAXELTINE *et al.*, 2013).

Figura 2- Heurística conceitual para explorar a dinâmica da Inovação Social Transformadora



Fonte: Avelino *et al.* (2014, p. 8).

Os diferentes atores em diferentes níveis (individuais, iniciativas e redes) podem ser analisados por meio de uma estrutura analítica se, de fato, são ou não empoderados. A TSI cita quatro hipóteses que determinam em que medida esses atores são (des) empoderados nos processos de inovação social (HAXELTINE *et al.*, 2013):

a) Governança: o conceito de governança é inerentemente sobre capacitar outros atores além do governo na resolução de desafios sociais na qual requer a participação de ferramentas de governança. Quais ferramentas de governança são necessárias para capacitar atores para contribuir com os processos de transformação da inovação social?

b) Aprendizagem social: a inovação social e a mudança sistêmica exigem inerentemente novas maneiras de pensar e fazer, que por sua vez requerem processos de aprendizado dedicados. Como os métodos (sociais) de aprendizagem fortalecem a inovação social transformadora?

c) Recursos: a falta de recursos disponível nas estruturas financeiras existentes é uma grande barreira para muitas iniciativas de inovação social. Quais

novos financiamentos e métodos inovadores estão disponíveis para financiar a inovação social transformadora?

d) Monitoramento: os processos que os atores usam para avaliar o impacto das iniciativas de inovação social no alcance dos seus objetivos e fornecer sugestões sobre como alcançar os mesmos é um elemento fundamental do empoderamento. Quais métodos/técnicas são necessários para monitorar processos de inovação social transformadora?

Para Haxeltine *et al.* (2013) no desenvolvimento de uma teoria TSI, essas quatro dimensões transversais podem ser usadas para estruturar conjuntos de hipóteses/proposições que são avaliadas por meio de pesquisa empírica, levando a progresso em direção a uma teoria TSI robusta. O autor afirma também que estas dimensões transversais fornecem um elo entre o desenvolvimento da teoria da TSI e a aplicação da teoria nos processos contemporâneos de inovação social.

Conforme Avelino *et al.* (2014), as mudanças nas perspectivas socioeconômicas (por exemplo, a crise econômica) e seu impacto sobre as perspectivas socioecológicas, sociotécnicas, socioculturais e sociopolíticas, caracterizados na teoria TSI como *game-changers*, se relaciona com outras formas de mudança e inovação e provocam uma necessidade de se repensar os modelos de negócios e de desenvolvimento até então utilizados.

Uma hipótese central é que a transformação da sociedade é o resultado de interações evolucionárias específicas entre pessoas que mudam o jogo (por exemplo, a crise econômica), narrativas de mudança (por exemplo, "uma nova economia"), inovações do sistema (por exemplo, reforma do sistema de bem-estar social), e inovações sociais (por exemplo, novas moedas de câmbio). Este repensar permite que se reflita sobre as narrativas de mudança que são alternativas já existentes, como por exemplo, economia solidária, cooperativismo, economia verde, entre outros (AVELINO *et al.*, 2014).

Estas alternativas, conforme colocadas pelos autores, fortalecem a necessidade de inovações no sistema, como mudanças nos padrões estabelecidos em diversos aspectos como ação, na estrutura, nas regras e em todas as interfaces, fazendo com o que as inovações sociais gerem novas práticas sociais, novas ideias, modelos, relações e/ou serviços sociais, permitindo chegar a uma

transformação social como uma mudança fundamental e persistente na sociedade, além dos subsistemas individuais (AVELINO *et al.*, 2014).

Após a apresentação da dimensão analítica da inovação social adotada nesse estudo, o seção a seguir apresenta os procedimentos metodológicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são descritas a abordagem metodológica, a técnica e o instrumento que foram utilizados para alcançar os objetivos definidos para esta pesquisa. A seção foi organizada de forma a abranger a abordagem e tipologia da pesquisa, o campo em que desenvolveu e seus sujeitos e instrumento, bem como, a coleta e a análise de dados. O quadro 5, abaixo apresentado, traz o delineamento metodológico.

Quadro 5 – Objeto da pesquisa e seu delineamento metodológico

| OBJETIVO GERAL | |
|---|--|
| Investigar os movimentos insurgentes que atuam na cidade de Fortaleza (CE) à luz da Teoria de Inovação Social Transformadora (TSI). | |
| TIPOLOGIA | |
| Exploratório-descritiva | |
| ABORDAGEM | |
| Qualitativa | |
| FASE EXPLORATÓRIA | FASE DESCRITIVA |
| Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. | Registro, análise e interpretação das narrativas dos sujeitos. |
| CAMPO | |
| Grupos e movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza. | |
| SUJEITOS | |
| Membros dos próprios grupos/movimentos insurgentes. | |
| ESTRATÉGIA DE PESQUISA | |
| Estudo multicase | |
| COLETA DE DADOS | |
| MÉTODO DA COLETA DE DADOS | INSTRUMENTO DE COLETAS |
| Técnica de entrevista | Roteiro semiestruturado |
| ANÁLISE DE DADOS | |
| MÉTODO | INSTRUMENTO |
| Análise de conteúdo | Software IRAMUTEQ |

Fonte: Elaboração pelo autor.

Após a apresentação do delineamento metodológico da pesquisa apresenta-se a abordagem, tipologia assim como sujeitos e campos de pesquisa e instrumento de coleta de dados.

3.1 ABORDAGEM E TIPOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo se constitui um estudo de natureza qualitativa, pois busca investigar como são estabelecidas as relações entre o objeto de estudo e o contexto no qual ele está inserido, a fim de abordar um fenômeno sobre o qual se sabe pouco e de obter novas perspectivas sobre questões das quais ainda não se conhece muito (GODOI, 2006).

A pesquisa qualitativa é focada nos processos, significados e compreensões do objeto de estudo, resultando em um produto fortemente descritivo (MERRIAM, 2002). Para Godoi (2006), a pesquisa qualitativa abriga várias formas de investigação, que auxiliam o pesquisador no entendimento do sentido de fenômenos sociais.

Assim, na busca de lidar com a complexidade do objeto de estudo, a escolha da abordagem qualitativa se justifica, visto que a complexidade da realidade é considerada. Assim, não há a tentativa de enquadrá-la como um método puro, nos quais não se percebem fenômenos qualitativos do contexto social, a exemplo de cidadania e aspectos políticos, os quais não são obtidos por uma simples mensuração de dados. (DEMO, 2000).

Segundo Vergara (2014), uma pesquisa pode ser classificada quanto aos meios e aos fins a que se destina. Quanto aos fins, esse trabalho é classificado do tipo exploratório-descritiva. Já em relação aos meios, serão desenvolvidas três pesquisas: bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa exploratória consiste na investigação de uma temática pouco explorada até então. Busca, desse modo, estabelecer bases para estudos futuros ou determinar se o que está sendo observado pode ser explicado por uma teoria existente. (VERGARA, 2014).

Já a descritiva tem a finalidade de observar, registrar, analisar, classificar e interpretar como os fatos acontecem, sem a interferência e modificação do pesquisador. São expostas características de uma determinada população e

determinado fenômeno, auxiliando no estabelecimento de correlações entre categorias. (VERGARA, 2014).

Dentro desta perspectiva, esse estudo se debruça sobre um tema ou problema de pesquisa pouco explorado e sobre o qual ainda se tem dúvidas: os movimentos insurgentes e as dimensões de inovação social. Enquanto descritiva, pretende-se descrever como se manifestam e se caracterizam as dimensões da inovação social nos movimentos insurgentes que atuam na cidade de Fortaleza (CE).

Indo além, quanto aos meios, a presente pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, documental e de campo. É bibliográfica, pois utiliza material já publicado: livros, jornais e revistas. Caracteriza-se também como documental, já que necessita a utilização de documentos de diversas fontes para compreender o tema abordado (VERGARA, 2014). Por fim, enquadra-se como de campo, pois tem como objetivo a investigação empírica, realizada na localidade onde ocorre ou ocorreu o fenômeno em estudo (VERGARA, 2014).

Portanto, a presente pesquisa tem o propósito de compreender os grupos insurgentes, sua dinamicidade e sistematização com as ações de inovação social.

A estratégia de pesquisa utilizada é o estudo de caso, uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2010, p. 32).

Conforme Yin (2010), na realização de estudos de casos, os pesquisadores podem optar por estudar um caso único ou casos múltiplos; os primeiros se justificam, entre outras situações, quando o caso em questão é relevante e de maior confiabilidade a respeito do fenômeno que está sendo estudado, quando comparado aos estudos de casos únicos.

Portanto, na presente pesquisa, fez-se a opção pela realização de estudo de casos múltiplos, em que se busca analisar os diferentes grupos insurgentes.

3.2 CAMPO E SUJEITOS DE PESQUISA

O campo de pesquisa é formado pelos grupos e movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza (CE) e os sujeitos da pesquisa são os membros que os próprios grupos disponibilizaram para realização das entrevistas.

Inicialmente, a tipicidade foi utilizada como critério de seleção, em que são elementos-alvo da pesquisa os movimentos julgados representativos na população-alvo, e que requerem conhecimento dessa população (VERGARA, 2014).

Posteriormente, foram contatados por mensagens e ligações telefônicas, sendo utilizado o critério de acessibilidade para selecionar os grupos que foram pesquisados (VERGARA, 2014). Portanto, foram escolhidos os grupos que responderam os contatos realizados e se disponibilizaram para participar da pesquisa.

No presente estudo, os sujeitos da pesquisa são os membros dos próprios coletivos disponibilizados para realização das entrevistas.

3.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Para alcançar os objetivos definidos na presente pesquisa, a coleta de dados ocorreu através da técnica de entrevista, pois estas são as principais fontes de coleta de dados utilizadas pelos cientistas sociais (RAPLEY, 2004). O tipo de instrumento que foi utilizado, durante a coleta de dados, foi o roteiro de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) como elemento direcionador.

Segundo Godoi (2006), o roteiro de entrevista é caracterizado por direcionar o entrevistador durante o processo de realização desta, porém não impossibilita que o entrevistador explore questões surgidas a partir do discurso do entrevistado, ainda que não estejam presentes no roteiro estruturado.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e realizadas em locais previamente combinados. Ocorreram nos meses de novembro e dezembro de 2019. Antes das entrevistas, foram explicados aos sujeitos o objetivo e a importância da pesquisa, bem como, foram disponibilizados para assinatura os termos de consentimento e confidencialidade, (apêndice B), pautando-se no sigilo de suas identificações.

Durante as entrevistas, foram realizadas perguntas abertas, com o propósito de compreender as características gerais encontradas no referencial

teórico e as especificidades de cada grupo estudado, concedendo espaço para os entrevistados relatarem o que consideram relevantes de ser dito, sempre com base nos objetivos da pesquisa.

Posteriormente, o conteúdo das entrevistas foi transcrito na íntegra e, em seguida, foi examinado pela análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2001). Para Richardson, (1999. p.243) a análise de conteúdo “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado, para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”.

Nesse tipo de análise de dados, o foco está no conteúdo manifestado pelo discurso do entrevistado, em que a constância dos temas surgidos reflete a necessidade de descrição destes para a constituição de informações relevantes a respeito do objeto de estudo, considerando os sentidos semânticos do discurso, os sentidos sociológicos, assim como, os aspectos psicossociais e o contexto cultural (MINAYO, 2013).

Assim, a análise se deu a partir de categorias, a qual busca trazer elementos importantes da teoria estudada. Segundo Bardin (2011, p.117), a categorização é uma maneira de “classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Portanto, a análise foi realizada com o propósito de alcançar aos objetivos da pesquisa, comparando e confrontando a teoria com os elementos a serem encontrados no campo empírico, a fim de confirmar ou rejeitar informações relevantes que possam vir a surgir da pesquisa.

A análise de conteúdo foi realizada através de três etapas: primeira a pré-análise, que procurou sistematizar o que será analisado; a interpretação dos dados, que permitiu estabelecer ligações entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, provenientes de teorias, e de estudos realizados anteriormente; e, por fim, a apresentação dos dados, que é a forma como os dados são apresentados, sendo por meio de relatório nos estudos de caso. (GIL, 2002).

Com base nos objetivos específicos da pesquisa, foram definidas as seguintes categorias:

- a) Categoria 1: Origem e história;
- b) Categoria 2: Características gerais e peculiaridades de organização;

c) Categoria 3: Cinco tons de mudança e inovação.

Posteriormente, foram estabelecidas as subcategorias relacionadas a cada categoria, conforme emergiram da teoria e do campo empírico, de acordo com o apresentado no Quadro 7.

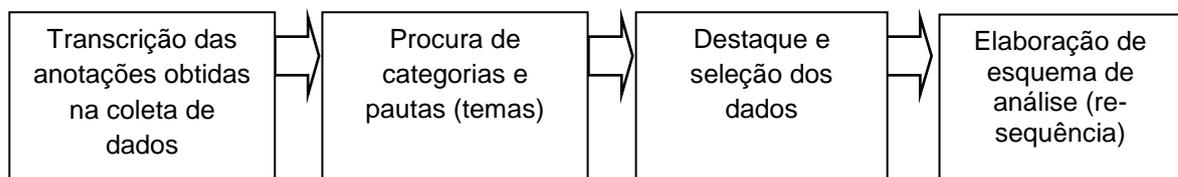
Quadro 7 – Categorias e subcategorias da pesquisa

| Objetivos Específicos | Categorias | Subcategorias |
|--|--|---------------------------------|
| Conhecer a dinâmica dos movimentos insurgentes selecionados | Origem e história | Objetivo |
| | | Surgimento |
| | | Atividade precursora |
| | Características gerais e peculiaridades de organização | Auto-organização |
| | | Critérios para novos membros |
| | | Financiamento |
| | | Interações com outros coletivos |
| Confrontar as ações desenvolvidas por esses movimentos à luz do Modelo da Teoria da Inovação Social Transformadora – TSI | Cinco tons de mudança e inovação | Inovação social |
| | | Inovação do sistema |
| | | <i>Game-changers</i> |
| | | Narrativas de mudança |
| | | Transformação da sociedade |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por último, foi utilizado o modelo elaborado por Richardson (1999) para interpretação e tratamentos dos dados, conforme mostra a figura 3.

Figura 3– Esquema de Análise das Informações Qualitativas



Fonte: Richardson (1999).

Após as transcrições das entrevistas, todas as categorias e subcategorias foram identificadas e separadas por grupo de entrevistados, bem como, foram analisadas as relações entre elas. O *software* escolhido para auxiliar no processo de organização e categorização das entrevistas foi o Iramuteq. Realizou-se uma análise do corpus textual, que é um tipo específico de análise de dados, no qual corresponde ao material verbal transcrito.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção analisa os conteúdos das falas nas entrevistas realizadas com o intuito de compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades específicas e entender suas intervenções e consequências relacionando assim com a inovação social à luz do Modelo da Teoria da Inovação Social Transformadora – TSI.

4.1 PRINCIPAIS MOVIMENTOS INSURGENTES IDENTIFICADOS DA CIDADE DE FORTALEZA

Para a identificação dos principais movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza foram realizadas diversas pesquisas, por meio de uma ferramenta de busca *online*, sobre grupos, movimentos e coletivos urbanos que possuíam caráter insurgente na cidade de Fortaleza, procurando aqueles que tiveram algum destaque nas redes sociais e, também, em matérias de jornais, revistas e *blogs*.

Inicialmente, foram identificados vinte grupos, conforme o quadro 5, e observou-se as suas atuações por meio de suas ações/intervenções em seus *websites* e páginas das redes sociais. Em seguida, foram selecionados os coletivos ou grupos insurgentes mais atuantes obedecendo aos seguintes critérios: i) visibilidade, ii) diversidade (área de atuação); e iii) acessibilidade.

Quadro 5 – Relação de vinte coletivos e grupos insurgentes estudados na Cidade de Fortaleza

| Coletivos e/ou Grupos Insurgentes | Área de atuação |
|--|------------------------|
| Coletivo Natora | Arte e Cultura |
| Coletivo Motin | Arte e Cultura |
| Dois Vetin | Arte e Cultura |
| Coletivo Sabiá | Arte e Cultura |
| Raízes da Periferia | Arte e Cultura |
| Projeto Beijo na Cidade | Arte e Cultura |
| Coletivo Servilost | Arte e Cultura |
| Coletivo de Audiovisual Titanzinho | Arte e Cultura |
| Grupo de Teatro Dito & Feito | Arte e Cultura |
| Associação Titanzinho | Arte e Cultura |

| | |
|------------------------|-------------------------------|
| Princesinha de Favela | Feminismo |
| Ciclanas | Feminismo e Mobilidade Urbana |
| Coletivo A-Braço | Espaço público |
| Movimento Pró-Árvore | Meio Ambiente |
| Afro-Raízes | Social |
| Fortaleza Invisível | Social |
| Coletivo Bonja Roots | Social |
| Coletivo Carcará | Arquitetura e Urbanismo |
| Grupo Negragem | Arte e cultura |
| Coletivo Transpassando | Educação, arte e cultura |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Posteriormente, foram escolhidos cinco grupos, que responderam os contatos realizados e se disponibilizaram para participar da pesquisa, conforme quadro 6. Utilizou-se o critério de acessibilidade, que segundo Vergara (2014) seleciona elementos por facilidade de acesso.

Quadro 6 – Relação de coletivos e grupos insurgentes selecionados

| Coletivos e/ou Grupos Insurgentes | Área de atuação |
|--|--------------------------|
| Coletivo Transpassando | Educação, arte e cultura |
| Fortaleza Invisível | Social |
| Coletivo A-Braço | Espaço público |
| Coletivo Carcará | Arquitetura e Urbanismo |
| Grupo Negragem | Arte e cultura |

Esses grupos encontram-se em diversas áreas de atuação, tais como: educação, arte e cultura, social, espaço público, arquitetura e urbanismo. Na presente pesquisa, os sujeitos da pesquisa são os membros que os próprios grupos disponibilizaram para realização das entrevistas.

4.2 CARACTERÍSTICAS E DINÂMICA DOS MOVIMENTOS INSURGENTES

4.2.1 Coletivo Transpassando

O Coletivo Transpassando surgiu em 2015, em Fortaleza, com o objetivo de combater a transfobia, violências e demais preconceitos através da formação

humana, educacional e profissional, possuindo como público principal travestis e pessoas transgêneras, conforme a seguinte fala:

Foi no final de 2015 que o Transpassando começa a se construir então enquanto ideia e começa a se tornar uma proposta coletiva (...) a gente começa as reuniões desse Coletivo, do que viria se identificar como Coletivo Transpassando (...) é que nós somos é um programa de combate, ou melhor, um coletivo, um coletivo de combate a transfobia e aos demais preconceitos (E1)

Figura 4 – Marca do Coletivo Transpassando



Fonte: Perfil do Coletivo Transpassando no Instagram, 2019.

O Coletivo surgiu do Programa TRANSpassando que é um projeto idealizado pela professora Ilana Viana do Amaral, do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), para pessoas transgêneras e travestis, por meio de cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e formação profissional em diversas áreas de interesse de estudantes.

Neste contexto, foi desenvolvida a primeira atividade do Transpassando com aulas gratuitas preparatórias para o Enem:

Em 2015 a gente começa a construir o coletivo e já começa as atividades do Transpassando enquanto Coletivo de formação, que foi a proposta de formação profissional e educação, aí a gente começa aulas de matemática, aulas de literatura de redação (E1)

Figura 5 – Aula preparatória para o ENEM



Fonte: Perfil do Coletivo Transpassando no Instagram.

Atualmente, o Coletivo conta também com aulas de idiomas, cursos profissionalizantes e ajuda a viabilizar carteirinha de estudante com nome social para pessoas trans além de diversas atividades como oficinas de teatro, rodas de conversas, palestras, bazar, etc.

Gohn (2010) afirma que grupos e movimentos sociais podem surgir a partir de experiências vividas pelos cidadãos e a reflexão sobre sua própria vivência. Esse conceito é confirmado no campo empírico pelo Coletivo Transpassando, pois a questão identificada para a criação do Coletivo foi a vivência dos seus integrantes com relação ao preconceito encontrado diariamente na sociedade:

A gente vivenciava no centro de humanidades uma situação muito constrangedora, intimidadora contra a sexualidade (E1);

O ambiente escolar expulsa você reprimindo a sua sexualidade, reprimindo a sua identidade de gênero, você é violentando a cada dia em sala de aula, (...) quando os colegas não respeitam você, não respeitam sua identidade de gênero, quando você sofre bullying (E1);

No trajeto da escola você sofre ameaças de morte, de violência, de apedrejamento enfim, inúmeros são os relatos que são compartilhados (E1).

Percebe-se no discurso uma necessidade na qual foi identificada pelos fundadores para o surgimento do Coletivo de combater à transfobia e demais preconceitos por meio de ações de educação.

O Coletivo Transpassando se autodeclara ser um coletivo horizontal e autogerido e que não possui hierarquia, visto que as decisões são tomadas em

reuniões e em consenso entre seus membros conforme identificada nas seguintes falas:

Digamos assim que o Transpassando, enquanto Coletivo, é um Coletivo horizontal e autogerido (E1);

Formalmente nós não temos hierarquias, todas as decisões são decididas em reunião geral em coletivo, então de repente vem uma proposta, vamos somar, vamos construir? Vamos! (E1).

Por possuir característica de horizontalidade, eles afirmam não possuir uma liderança específica conforme fala da E1:

Nós não temos nenhum líder e sim todos são líderes. Por sermos um coletivo de características de horizontalidade e autogestão todos tem capacidade e possibilidade para exercer a função de liderança (E1).

O Coletivo se reúne presencialmente sempre no início e no final do ano para debater as propostas e as pautas diversas e quais estratégias adotar, assim como fazer seu balanço anual. Sempre quando surge uma demanda, o Transpassando se reúne extraordinariamente:

A gente tem pelo menos duas reuniões (...) que é a primeira reunião do ano e a última reunião do ano. Na primeira a gente meio que pensa como vai ser o ano, quais são os projetos que estão sendo demandados, é um período que a gente antes da reunião faz uma divulgação massiva do programa. Nessa primeira reunião a gente começa a traçar quais são as propostas e projetos para o ano e na última reunião do ano a gente faz uma confraternização, um balanço e tal, como foi o ano, de como foi as demandas e de como a gente pode melhorar, aonde melhorar (E1);

A gente sempre tem reuniões que são chamadas extraordinárias, é quando surge uma pauta e qualquer pessoa que queira chamar uma reunião, por exemplo, um caso de transfobia, vamos discutir isso, vamos nos reunir (E1).

Em relação à comunicação interna, os membros do coletivo realizam por meio de grupos de conversa por aplicativos de mensagens instantâneas: “É basicamente pelo *whatsapp* e redes sociais dependendo do grau da reunião, tipo essas reuniões gerais de começo e fim de ciclo” (E1).

Para a comunicação externa o grupo, no quesito virtual, o coletivo utiliza: um e-mail institucional; uma página oficial do *Facebook* e um perfil institucional no *Instagram* onde publica fotos de ações e convites a eventos próprios ou relacionados. Portanto, o Coletivo mantém diferentes estratégias de comunicação,

tanto internamente entre os membros, de forma a fortalecer grupo, como externamente para se conectar com novas pessoas.

Em relação a participação dos novos membros, o Coletivo afirma que está sempre aberto a receber novas pessoas que queiram ajudar voluntariamente. Para isso utiliza um formulário prévio *on line* para cadastro de novos voluntários:

A gente tinha um formulário, no começo a gente fazia uma chamada e só divulgava que o Transpassando ia ter uma reunião e tal, reunião de abertura de ano e que a gente vai receber os voluntários interessados (E1);

Aí em 2018 a gente começou um processo de chamada que era formulário prévio online. É para que as pessoas se inscrevessem e demonstrassem interesse, preenchia esse documento e tinha uma declaração de direito de uso da imagem e compromisso com o programa (E1).

Sobre fundos e verbas, o Coletivo não recebe nenhum tipo de financiamento público ou privado. Os recursos financeiros são arrecadados por meio de doações: “Quando tem algum projeto que precise de dinheiro para realização a gente de vez em quando faz vaquinhas online e bazar” (E1).

No quesito interações com outros coletivos, o Transpassando afirma que existe interação e relações de parcerias com outros grupos e movimentos: “Interage sim, já interagimos com outros grupos. O próprio Fortaleza Invisível é uma grande parceria nossa que a gente firmou esses dias” (E1). Percebe-se então no discurso, que o Coletivo afirma estar aberto para novas parcerias e entende que é essencial para fortalecimento do grupo.

O Coletivo Transpassando trabalha com duas vertentes de ações:

a) Formações no campo da profissionalização: São cursos voltados para formação educacional e profissional gratuitamente para travestis e pessoas trans. O Coletivo possui como principal ação o Pré-vestibular, que é um curso preparatório para o ENEM e que conta com a colaboração voluntária de professores com o intuito de proporcionar a formação e inclusão da comunidade trans. Além do pré-vestibular, o Coletivo conta também com a formação continuada sobre surdez e gênero, formação continuada sobre gestão administrativa e produção e curso de libras.

Figura 6 - Cartaz do projeto Pré-vestibular



Fonte: Perfil do Coletivo Transpassando no Instagram.

b) Formação no campo artístico cultural: São atividades como rodas de conversa, oficinas, mesas redondas, cine-debate, bazares e outras ações voltadas para o entretenimento para comunidade promovendo espaços de discussão e reflexão sobre diversos temas.

Figura 7 - Cartaz da mesa redonda



Fonte: Perfil do Coletivo Transpassando no Instagram.

Com relação à abrangência das intervenções, ela é local, com foco nas pessoas trans da cidade de Fortaleza. Sobre a frequência, seus membros explicam que semanalmente o Coletivo realiza atividades, como mostra a seguinte fala:

Toda semana tem atividade do Transpassando. Se não é aula do pré-vestibular, são oficinas, cursos, enfim, roda de conversa em algum lugar que alguém convidou ou algum curso (E1).

Sobre as consequências observadas pelas atividades realizadas, o Coletivo afirma que existe um aumento na procura por cursos e convites para participar de eventos, como relatado pelas seguintes falas:

Esse curso agora (Pré-vestibular) é para umas vinte pessoas, a gente esperava que umas vinte pessoas se inscrevessem. A gente teve oitenta e cinco inscritos no curso (E1);

A gente consegue ir para além da cidade de Fortaleza, a gente consegue estar em eventos nacionais em eventos regionais que tão discutindo inúmeras questões e dentre elas pautadas em discutir gêneros porque discutem gêneros, sexualidade e raça. Descobriram o Transpassando e convidam pra fazer fala no evento, a gente já foi pra João Pessoa participar de evento nacional lá, a gente já foi pra Mossoró participar de evento regional, já esteve aqui em Fortaleza participando de evento nacional (E1).

Ainda sobre a consequência das intervenções, o Coletivo afirma que ajuda na transformação da cidade por meio da formação humana e discussões sobre diversos temas:

O Transpassando transforma né, vai transformando a cidade. Eu acho que como a gente optou por esse campo de atuação que é por meio da formação humana, eu acho que a gente consegue chegar muito longe sabe, a gente consegue ir para além da cidade de Fortaleza, discutindo inúmeras questões e dentre elas pautadas em discutir gêneros, sexualidade e raça (E1).

As falas do coletivo vão em discordância com o que Avelino (2014) conceitua transformação na sociedade, sendo uma mudança fundamental, persistente e irreversível em toda a sociedade. Essa transformação social requer uma mudança simultânea de múltiplas dimensões (não em apenas uma dimensão) dos sistemas sociais, com essas mudanças ocorrendo amplamente em toda a sociedade (não em apenas um lugar).

4.2.2 Fortaleza Invisível

O Fortaleza Invisível é um movimento que tem como objetivo sensibilizar e conscientizar a sociedade através de ações sociais, combatendo o preconceito contra moradores de rua e atuando também na articulação política dos direitos junto ao poder público.

Figura 8 – Marca do Fortaleza invisível



Fonte: Perfil do Fortaleza Invisível no Instagram, 2019.

Foi idealizado pelo gestor de projetos Marcelo Meneses após um problema de saúde. Após a recuperação, Marcelo resolveu dedicar-se a causa social. Em São Paulo conheceu o projeto SP invisível onde acompanhou as ações do grupo original e resolveu trazer a Fortaleza:

Fortaleza Invisível nasce depois que eu tive um problema de saúde, eu passei dez dias em coma [...], quando eu voltei eu senti esse desejo de dar um devolutivo a sociedade e foi quando fui a São Paulo conheci o SP Invisível e aí eu decidi criar o Fortaleza Invisível, conversei com eles vi como era o trabalho, fiz um trabalho assim meio de laboratório em São Paulo e comecei as atividades do Fortaleza Invisível (E2).

O surgimento do projeto se deu em 2018 nas redes sociais (Instagram e Facebook) através de publicação de fotos de moradores de rua da Praça do Ferreira no centro da cidade de Fortaleza. Neste contexto, a primeira atividade do grupo foi conhecer essas pessoas, escutá-las e através das redes sociais contar os relatos dessas pessoas invisíveis socialmente.

Holston (2013) afirma que a insurgência cidadã é alcançada através da participação ativa dos cidadãos em um movimento social ou em comunidades com prática e discurso que buscam defender princípios e direitos democráticos reivindicando novos direitos que podem ser expandidos através de projetos liderados por cidadãos ativos. Pode-se observar isso nas vivências trazidas pelos membros do Fortaleza Invisível:

O nosso objetivo principal não é somente impactar a cidade. Mas o nosso objetivo é impactar e transformar vida de pessoas em situação de moradia de rua, a gente quer incidir na diminuição de pessoas em situação de moradia de rua, no número de pessoas em situação de moradia de rua (E2);

Publicamos as fotos e contamos as histórias dessas pessoas para dar visibilidade e fazer que outras pessoas enxerguem e se sensibilizem em prol da causa social (E2).

Além disso, o Fortaleza Invisível realiza diversas ações sociais como: arrecadação de roupas, artigos de higiene pessoal, alimentos e na formação de grupos de conversa sobre drogas, saúde sexual, dentre outros temas. Atualmente o grupo conta com aproximadamente 92 voluntários de diferentes áreas de formação como medicina, jornalismo, serviço social, fotografia entre outros.

Figura 9 – Integrantes do Projeto Fortaleza Invisível



Fonte: Perfil do Fortaleza Invisível no Instagram.

O Coletivo afirma em seu discurso que possui uma gestão horizontal e várias lideranças específicas:

Acredito muito numa gestão horizontal né, onde todos nós estamos em um nível a qual a gente busca proporcionar dias melhores para pessoas em situação de moradia de rua, no dia da ação todos nós estamos na linha horizontal, onde todos nós fazemos tudo (E2).

Na verdade, as lideranças que a gente chama o coordenador geral que sou eu e logo em seguida existe os líderes de núcleos. Esses líderes hoje são seis líderes: da comunicação, do marketing, da administração, do advogado, da saúde e do jurídico. Esses líderes hoje são escolhidos por mim, mas penso num processo mais a frente, mais democrático onde todo o Coletivo possa votar, pensar em novos líderes (E2).

O Grupo não é registrado e não possui a pretensão por enquanto, visto que, tem receio de que seus voluntários não permaneçam e aguarda ainda fortalecimento do movimento:

Sinto uma certa resistência ainda na formalização no sentido de que hoje todos nós somos voluntários. Hoje eu não me sinto confortável em legalizar, em formalizar o projeto tendo em vista que se eu contar com apoio de alguns hoje para formalizar, provavelmente outros sairão amanhã. Então eu estou esperando o amadurecimento do grupo, estou esperando um posicionamento melhor da nossa marca (E2).

Afirma também que as reuniões acontecem a cada dois meses e para facilitar a comunicação interna entre os membros utiliza grupos de conversa por aplicativos de mensagens instantâneas:

A gente faz uma reunião, mas a nossa reunião ela é bimestral, a cada dois meses. A gente tem grupos no *whatsApp*, aí tem o grupo geral de todos os voluntários, temos os grupos dos da frente que eu chamo que são os coordenadores e os líderes e temos alguns grupos, o grupo público de comunicação, etc (E2).

Já a comunicação externa o grupo utiliza: um e-mail institucional; uma página oficial do *Facebook* e um perfil institucional no *Instagram* onde são publicadas fotos de ações, campanhas, convites a eventos próprios ou relacionados.

Quanto ao recrutamento de novos membros, afirma que busca recrutar duas vezes ao ano voluntários através de processos seletivos utilizando as redes sociais:

A gente tem dois processos seletivos ao ano, que geralmente é primeiro e segundo semestre. A gente divulga no *instagram* e em nossas redes sociais, lá eles recebem um link, um formulário, preenchem o formulário, posteriormente todos são selecionados, porém a gente vai pra uma conversa pra saber se já teve algum contato com ação social, o porquê de estar entrando para o Fortaleza Invisível. Aí a gente faz uma seletiva porque estar levando pessoas pra ter contato com pessoas em situação de moradia de rua, que a gente sabe que existem vários paradigmas (E2).

Sobre financiamento, o movimento não recebe nenhum tipo de verba pública ou privada. Atualmente a principal fonte de receita são doações dos próprios membros e voluntários e esporadicamente de empresas:

A nossa principal fonte de renda, de receita hoje, são os voluntários. Os voluntários doam quando chega uma ação. Ah, eu vou fazer um almoço, quem pode doar? A gente não gosta muito de pedir dinheiro, mas aí a gente faz uma vaquinha (E2);

Não quero receber de instituições públicas, porque eu acho que amarra um pouco a gente e engessa um pouco o processo, mas privada sim, privada esporadicamente a gente recebe, recebe doações (E2).

No que diz respeito a relações e interações com outros coletivos e movimentos, o Fortaleza invisível interage constantemente com outros grupos por meio de parcerias:

A gente gosta muito dessa parceria com os outros grupos porque a gente acredita na soma de sócios para alcançar os nossos objetivos. A gente tem parceria com diversos outros coletivos, realiza tanto em nossas atividades convidando outros coletivos como a gente também se dispõe a participar das atividades de outros coletivos. Então é um relacionamento bem bacana, bem tranquilo e a gente prioriza esse tipo de ação nas realizações colaborativas (E2).

Assim como Lima (2015) afirma, o Coletivo também acredita que o trabalho realizado em conjunto com outros coletivos e movimentos é algo transformador.

O Fortaleza Invisível trabalha com três eixos de ações:

a) Eixo de comunicação: No espaço virtual, por meio de páginas do *Facebook* e *Instagram*, o grupo torna pública histórias de pessoas socialmente invisíveis perante a sociedade, ou seja, pessoas em situação de moradia de rua.

Figura 10 - Postagem do Fortaleza Invisível em redes sociais



Fonte: Perfil do Fortaleza Invisível no Instagram

b) Eixo político: Tem o papel de denunciar e cobrar perante o poder público a garantia das políticas públicas voltadas a pessoas em situação de moradia de rua. Esse viés de atuação acontece por meio de

participação de ações e reuniões com poder público; participação de programas de TV e entrevista a jornais:

A gente faz com o poder público para garantir políticas públicas voltadas a esse, as pessoas em situação de moradia de rua. A gente tem ações e reuniões com o poder público, tem ações de participar de programa de TV, jornais para estar falando sobre essa temática, temos ações de protestos que a gente vai fazer alguns burburinhos aí pela cidade a fim de garantir políticas públicas voltadas para essa população (E2).

c) Eixo social: São ações sociais realizadas junto aos moradores de rua como distribuição roupas, comidas e de kit de higiene, campanhas de combate a violência contra a mulher, setembro amarelo, sarau, atividades artísticas entre outras ações sociais:

Eixo social é uma vez por mês que a gente realiza alguma atividade. Já realizamos almoço, jantar, realizamos chá de baby, carnaval, dia das crianças, realizamos festa do hambúrguer, festa da pizza, são várias atividades (E2).

Já fizemos reunião com a frente parlamentar da Câmara Municipal de Fortaleza para a reabertura da pousada social, nós já fizemos um projeto muito grande que é mulher pop, trabalhar o enfrentamento a violência contra a mulher, nós já fizemos distribuição de kit de higiene, nós já fizemos sarau, passamos a noite cantando ali na Praça do Ferreira com atividades artísticas, nós já fizemos muita coisa (E2)

Figura 11 – Campanha Setembro Amarelo



Fonte: Perfil do Fortaleza Invisível no Instagram

Sobre a abrangência das intervenções que realiza, o Coletivo possui um foco local, na cidade de Fortaleza, mas tiveram casos de abrangências na região metropolitana:

Eu estava até dizendo pro pessoal que eu ia mudar o nome para Ceará Invisível porque a gente teve recente o fechamento do Centro Pop do Maracanaú que é uma política para pessoas em situação de morador de rua e suas atividades finalizadas. Nós fomos lá, falamos com a secretaria, falamos com o prefeito, a gente conseguiu falar como o Ministério Público vamos retornar as atividades, o interessante é que a gente reabra o Centro Pop de Maracanaú (E2).

Como consequência das ações realizadas, o grupo afirma que estão surgindo outros coletivos no estado do Ceará com o mesmo objetivo:

Eu queria muito integrar outros Estados né? Mas, para felicidade nossa outros coletivos estão surgindo, hoje já existe o Cariri Invisível, então a gente já não pode mais se tornar o Ceará Invisível. E o interessante é que surja Maracanaú Invisível, o Baturité Invisível, Guaramiranga Invisível e assim a gente possa estar unindo força (E2).

Assim, essas ações tendem a assumir uma dimensão e até mesmo transformá-los em movimentos mais extensos, os quais ultrapassam os níveis locais (LIMA, 2015). Ainda como consequência das intervenções realizadas, o Coletivo cita o impacto causado na sociedade, conforme mostram as falas:

Essas intervenções ou ações transformam a cidade. A gente está se aproximando do morador de rua para saber as necessidades deles, e eu vi que surgiu efeito, teve efeito, e agora recente quando nós passamos num programa de TV a população está nos procurando e dizendo que não tinha esse olhar e que muitas vezes passava pela Praça do Ferreira e não notava aquele povo lá. E eu vi que a gente está impactando, sabe? (E3).

A gente tem se sentido satisfeito pelo o que a gente tem feito, a gente já conseguiu tirar pessoas da rua, já conseguiu emprego pra pessoas em situação de moradia de rua, já conseguimos tirar pessoas do vício, então nossos movimentos sociais é assim fora do comum, fora do esperado, a gente está conseguindo impactar, porque assim o nosso objetivo principal não é somente impactar a cidade? O nosso objetivo é impactar e transformar vida de pessoas em situação de moradia de rua e nosso ganho social é esse, a cada dia a gente vê uma pessoa, um morador de rua saindo, se conscientizando, deixando de usar droga, procurando emprego, esse é o nosso ganho social (E3).

Percebe-se aqui também, uma contradição na fala do Coletivo com o que Avelino (2014) conceitua a transformação na sociedade. O autor afirma que para ocorrer a transformação na sociedade, as inovações sociais devem alterar/substituir as relações sociais existentes e práticas, principalmente co-produzindo novas relações sociais, envolvendo novas maneiras de fazer, conhecer e organizar ocasionado assim em uma mudança em toda a sociedade. Essa transformação social envolve uma mudança transformadora que envolve interações recursivas

entre os elementos dos sistemas sociais em torno de desafios sociais específicos e processos de mudança.

Em relação a ações e intervenções voltadas para desenvolvimento de inovação, o Coletivo afirma que identificou alguns moradores de rua que possuem habilidades para transformar lixo em arte, conforme mostra a fala:

Nós estamos com um produto agora, se fala muito a questão do empreendedorismo, mas é o empreendedorismo voltado mais pra inovação, por exemplo, a gente identificou algumas pessoas que tinham habilidades econômicas voltadas na área de transformar o lixo em arte e principalmente produtos periféricos como HD externo, essas coisas. No caso seria lixo eletrônico (E2).

O Coletivo entende também que pratica a inovação pela tentativa de modificar a situação de moradores de rua, conforme mostra a fala:

Fortaleza Invisível vem nesse eixo de inovação pensando em modificar sabe, porque a gente tem que pensar que existe N fatores que levam pessoas lá, estar em situação de morador de rua, mas existem pessoas que gostam de estar na rua e estão ali porque querem. A gente pensa como é que a gente vai trabalhar com essas pessoas e como é que a gente pode ter um olhar diferenciado de empatia para cada pessoa, é um trabalho com uma população de morador de rua, trabalho com morador de rua individual (E2).

Assim, o discurso do Coletivo vai de contraposição a que segundo Haxeltine et al., (2016) coloca como inovação social transformadora (TSI). O autor afirma que a inovação social transformadora surge mudança nas relações sociais através de novas práticas sociais, incluindo novas (combinações de) ideias, modelos, regras, relações sociais e/ou produtos que desafiam, alteram e/ou substituem instituições/estruturas dominantes em um contexto social específico.

4.2.3 Coletivo A-Braço

O Coletivo A-braço tem como objetivo fortalecer a vivência urbana dos cidadãos por meio da ideia de pertencimento dos lugares a ambiência dos espaços públicos, utilizando-se da educação e reflexão como instrumentos para a colaboração em prol de uma cidade mais acessível e democrática.

Figura 12 – Marca do Coletivo A-braço



Fonte: Perfil do Coletivo A-braço no Instagram, 2019.

Seu surgimento se deu em 2016 após a participação de seus fundadores no I Congresso Internacional de Espaços Públicos na cidade de Porto Alegre, onde participaram de uma oficina de *Placemaking*:

O Coletivo surgiu quando os cinco fundadores se conheceram num congresso de arquitetura e urbanismo. Nós não nos conhecíamos todos, [...] coincidentemente era todo mundo de Fortaleza. (E3)

Lá a gente conheceu uma metodologia, denominada placemaking que é traduzido como fazer o lugar, uma metodologia de ir ao espaço público, conversar com as pessoas e tentar melhorar esse espaço a partir da percepção delas e era uma das oficinas que foram realizadas no congresso (E3).

A partir daí, o grupo quis replicar e desenvolver a experiência da Oficina de *Placemaking* em Fortaleza e criaram o Coletivo:

[...] a gente teve esse desejo de trazer isso pra Fortaleza. Então como seria? Seria mais fácil a gente fazer isso no formato de um coletivo não só chegar e fazer uma intervenção, mas ter um coletivo que tem um motivo de existir tem um nome então por causa dessa vontade de fazer essa intervenção do Placemaking e a gente criou o coletivo (E3).

Nesse contexto, surgiu a primeira atividade do Coletivo: Oficina de *Placemaking na Praça da Alvorada*, no bairro de Sapiranga. Essa ação teve o apoio da Universidade de Fortaleza – UNIFOR e envolveu a participação dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo juntamente com o auxílio dos moradores da região.

Figura 13 – Oficina de Placemaking em Fortaleza



Fonte: Perfil do Coletivo A-braço no Facebook.

Atualmente o Coletivo é composto por quatro integrantes entre arquitetos e designers onde realiza ações como oficinas, jogos interativos e educativos relacionados à cidade e seus vários aspectos e intervenção urbana em espaços públicos. Portanto, foi formado com o intuito de viabilizar intervenções urbanas que levem identidade e valorização dos espaços públicos de Fortaleza.

O Coletivo afirma possuir uma hierarquia horizontal e que não tem líderes determinados onde os papéis desempenhados pelos membros são atribuídos conforme aptidão pessoal e todas as decisões são tomadas coletivamente, conforme a fala da E3:

Não temos hierarquia formal, nós somos todos no mesmo nível atualmente, até porque a questão de não ter tanta gente, não receber todo mundo que quer participar é pra manter essa horizontalidade, a gente fica com receio de entrar mais pessoas e mudar (...) a forma de controlar né? A gente só consegue ser horizontal porque todo mundo tá alinhado (E3).

A gente se divide pra determinados trabalhos, mas não como questão hierárquica, mas pra dizer assim, olha, eu tenho facilidade de fazer isso, fulana se identifica mais com aquilo. A gente olha, a gente tem que fazer isso! Pode? Posso! Então faz (E3).

As reuniões ocorriam semanalmente sempre na casa de um dos integrantes para debater pautas diversas, discutir as ações e estratégias a serem adotadas. Devido um dos integrantes atualmente não residir na cidade de Fortaleza as reuniões acontecem *on line* utilizando ferramentas de videoconferência de grupo (Skype, Google Hangout):

Elas (reuniões) são online atualmente e duram mais ou menos uma hora, uma hora e meia. Às vezes a gente tem objetivos, tipo: ah, a gente está querendo estudar alguns textos essa semana pra teorizar melhor alguma ação que a gente vai fazer, a gente dividi os textos, na reunião seguinte debate os textos (E3).

Devido à dificuldade de conciliação dos membros do Coletivo a comunicação é diária e se dá através de grupos de conversa por aplicativos de mensagens instantâneas no *whatsapp* tornando mais fácil o contato entre o grupo a qualquer momento e imediato.

Para a comunicação externa eles utilizam: um site institucional, uma página oficial do *Facebook* e um perfil institucional no *Instagram* onde são postadas fotos de ações e intervenções além de informações sobre o Coletivo e seus integrantes. Também possui um e-mail institucional para envio de documentos:

A gente também tem o e-mail do A-braço. A gente usa e-mail internamente só pra envio das atas, todas as discussões de todas as nossas reuniões a gente registra em ata. A gente coloca no drive do e-mail do A-braço e aí todo mundo vai lá e olha lá (E3).

No quesito recrutamento o Coletivo A-braço afirma que não busca recrutar novos membros, pois ainda estão discutindo como seriam as formas de aceitação de novos integrantes. Ressaltam ainda que existe uma grande procura de pessoas interessadas em participar e conhecer melhor as ações do Coletivo e que em intervenções realizadas permitiram a participação de voluntários:

A gente ainda não chegou no estágio de definir como vai ficar pra recrutar novas pessoas, a gente tem esse desejo. a gente já está um tempo debatendo isso, e aí depois poder entrar novos membros, divulgar para as pessoas até as ações também, caso queiram participar, ah só essa ação eu quero ir, eu posso, eu vou tranquilo ou então se quer realmente fazer parte do Coletivo (E3);

O que é legal em relação a isso, é você ver que tem muita gente entrando em contato, fica curioso pra saber como é que funciona o Coletivo e tem esse interesse em participar e querer fazer parte do Coletivo em si (E3).

Sobre fundos e verbas, o Coletivo não recebe nenhum tipo de verba, mas que em algumas intervenções tiveram ajuda de materiais e apoio logístico para a realização. Quando precisam levantar fundos buscam fazê-lo por meio de doações internas entre os próprios membros:

Já fizemos duas intervenções e as duas foram em parceria com a Universidade de Fortaleza e ela forneceu os materiais. A captação se dar realmente por doações e o material que a gente utilizou foi a base da vaquinha mesmo (E3).

No que tange sobre relações e interações com outros coletivos e movimentos, eles afirmam que existem a interação com outros grupos por meio de parcerias em suas intervenções conforme as seguintes falas:

Essa primeira ação da Praça da Alvorada que foi no bairro da Sapiranga teve o Coletivo do Verde Já, que era o coletivo voltado para o meio ambiente, Coletivo de árvores que nos ajudou trazendo mudas também. Tava o Coletivo de grafite, Coletivo de fotografia que fez as fotos. Aí as vezes alguém conhece alguém do coletivo, chama pra participar e diz que a gente tá fazendo ação, a pessoa vai junto pra participar (E3);

A gente já fez uma roda de conversa e chamou outros coletivos daqui de Fortaleza para participar. Realmente é uma coisa bem bacana, não é aquela ideia, nós somos Coletivo fechado, ninguém conversa, não, muito pelo contrário (E3).

Pode-se perceber, por meio de suas falas, que o Coletivo desenvolve constantemente esse tipo de relacionamento com outros grupos e movimentos e entende que é essencial para seu fortalecimento e desenvolvimento de suas ações.

O Coletivo trabalha com três vieses de ações:

a) Jogos educativos: São jogos interativos relacionados à cidade e seus vários aspectos. São eles: jogo da participação e o jogo da cidade. O jogo da participação é um jogo de tabuleiro que tem por objetivo promover e desenvolver a participação dos interessados por meio de reflexões, diagnóstico de problemas utilizando ferramentas necessárias e estratégias a serem desenvolvidas. O jogo da cidade tem como objetivo proporcionar aprendizados sobre um determinado local por meio de fotos, vídeos e gravações gerando registros e memórias e um resultado rico e lúdico como mostra a seguinte fala:

Tem o jogo da participação, que é um jogo de tabuleiro envolvendo debate da participação de algum tema específico, pode ser mobilidade, ou pode ser vários temas. Também outro jogo muito bacana que a gente já fez é o jogo da cidade, que é quando você vai conhecer algum bairro da cidade e aí o bairro é mapeado de forma lúdica e os participantes precisam descobrir esse bairro realizando as atividades que são registradas por meio de

celular, gravações, fotografia. É uma forma lúdica de conhecer a cidade, dentro do nosso tema de viver a cidade (E3).

Figura 14 – Jogo da participação



Fonte: site do Coletivo A-braço

b) **Intervenções físicas:** São intervenções físicas realizadas em espaços vazios ou subutilizados com intuito de transformá-los em espaços justos e acessíveis a todos. Consiste na requalificação de uma determinada área habitacional que esteja deteriorada com a participação da comunidade, conforme mostra as falas:

A gente fez duas ações de intervenção em um espaço público que foi um na Praça da Alvorada na Sapiranga e outra no Jangurussu. Essas ações consistem em ter contato prévio com a comunidade local, de mais ou menos dois meses e nesse contato a gente tenta conhecer o espaço. A gente não chega já fazendo a intervenção (E3).

Na Praça da Sapiranga o espaço foi escolhido antes da gente conhecer a comunidade, a gente viu o espaço público, o que a gente tinha antes percorrido muitos espaços públicos pela cidade tentando escolher um que se adequasse aos parâmetros que a gente precisava, um espaço público que não fosse tão grande, mas que as esquinas ainda fossem visíveis (E3).

Observa-se nas falas que os membros do coletivo buscam compreender as diferenças e peculiaridades nas comunidades em que atuam e, a partir daí, planejar e realizar a ação, corroborando com Jacobs (2011) que sugere um planejamento específico conforme as especialidades de cada realidade contestando o planejamento tradicional nas cidades.

Figura 15 - Ação na comunidade do Gereba no Jangurussu



Fonte: Site do Coletivo A-braço

c) Organização de eventos: O Coletivo organiza apresentações, palestras, oficinas e workshops além de participar de eventos científicos (congressos) divulgando material científico, pesquisa e produção acadêmica em diversas áreas de interesse do grupo:

Além dos jogos e das intervenções tem também a questão de existir o interesse de publicação de apresentação de artigo, justamente pra tornar a atividade ainda mais conhecida e mostrar que é feito (E3);

Realmente é uma coisa que a gente tenta buscar o máximo tanto pra população como pra gente, como divulgar pra outras pessoas? Então isso é escrito de alguma forma ou transformar em artigo, um possível estudo pra difundir também para os outros coletivos (E3).

Com relação à abrangência das intervenções, elas são locais e a frequência dessas atividades é trimestral, conforme as falas:

A abrangência acaba sendo local, a gente divulga na cidade, mas acaba sendo mais as pessoas que estão presentes naquele local e pessoas de outros bairros. só quem conhecer a gente ou já estiver sabendo que vai ter a intervenção acaba indo (E3).

É trimestral, a gente sempre faz alguma coisa a cada três meses, nem que seja só um debate, nem que seja uma oficina de colagem. A gente pensa em fazer com uma frequência maior, mais ações e maiores ou palestras, a gente pensa em fazer um calendário direitinho fica mais fácil (E3).

Como consequências das intervenções, foi observado nas falas a percepção da melhoria e transformação dos espaços públicos junto a comunidade:

Acho que as intervenções grandes que fizemos no espaço público, com certeza transformaram a cidade. Alterou a dinâmica do espaço, as pessoas começaram a ter uma relação diferente, começaram a usar mais os espaços. Por exemplo, na primeira pracinha tinha uns brinquedos quebrados e a gente reparou os brinquedos. Falaram que ninguém ficava lá depois das oito, a gente ia lá nos primeiros dias e vimos crianças brincando até às dez da noite. Isso foi incrível pra gente. A segunda intervenção que foi no Gereba, no Jangurussu, a gente pegou um espaço que não era nada, era um areal e fez uma mini praça, com playground, com balanço. Isso é a transformação. Eu acho que é importantíssimo (E3).

Como afirma Lima (2014), os movimentos insurgentes exercem um papel fundamental para mudanças nas atuais técnicas de planejamento urbano, o que se identifica também nas consequências observadas pelas intervenções realizadas pelo coletivo.

Outra consequência observada em relação as intervenções, é a satisfação do Coletivo em contribuir na mudança da sociedade:

Essa possibilidade de fazer a diferença, seja na vida da pessoa, em um pensamento ou algo que faz parte no dia a dia, acho que também é uma coisa, é um ganho enorme que nós temos (E3).

Às vezes pra ter essas mudanças, essas ações precisa ser e ter um agente de mudanças. Nós que chegamos externamente assim com esse desejo de fazer, nós podemos despertar uma possibilidade, uma ação que tá latente lá, tem um potencial todinho na comunidade, mas que eles precisam de alguém falar, vamos fazer isso aqui? Então o Coletivo A-braço é um agente de mudanças. Somos agentes de mudanças. Somos um incentivo para essas comunidades (E3).

No quesito a ações e intervenções voltadas para desenvolvimento de inovação, o Coletivo afirma que inova em relação a processos e relações sociais:

Eu acho que existe inovação principalmente em relação a processos e relações sociais a gente muda, a inovação claro também faz transformação, a inovação a gente não precisa ser pioneira, mas a gente faz inovação no contexto local, então a gente traz novas formas de perceber a cidade, novas formas de perceber como interagir com a cidade em diversos locais (E3).

Percebe-se que a fala do Coletivo é divergente com que afirma Haxeltine et al. (2016) no qual coloca que a transformação social exige mudança simultânea em diversas dimensões (e não somente uma dimensão) dos sistemas sociais, com estas mudanças ocorrendo não somente em um contexto local específico e sim por toda a sociedade.

4.2.4 Coletivo Carcará

O Coletivo Carcará tem como objetivo ajudar na intervenção e viabilizar as práticas e as lutas de resistência de moradores e movimentos de insurgência no território cearense através de informação e assessoramento técnico.

Figura 16 - Marca do Coletivo Carcará



Fonte: Perfil do Coletivo Carcará no Instagram, 2019.

Foi fundado em 2017 por dois jovens estudantes de arquitetura, Victor e Lívia, que foram estudar fora do estado do Ceará e ao retornarem tinham o desejo de fazer algo para intervir e tornar visível as práticas e lutas existentes na cidade:

Porque a gente mesmo não cria alguma coisa pra poder intervir na cidade? Trabalhar junto com as pessoas, aí a gente conversou com os outros dois integrantes e aí desde então eles toparam na hora e quando a gente voltou começamos a atuar juntos né, com esse objetivo, o objetivo inicial era de visibilizar mesmo as práticas e as lutas (E4).

O Coletivo surgiu, inicialmente, nas redes sociais do desejo de trazer visibilidade dessas lutas dos espaços urbanos da cidade. Lima (2015) destaca que a sociedade em rede tem ajudado na divulgação e aproximação das demandas que emergem dos cidadãos para as mudanças nas cidades. O processo de atuação do Coletivo Carcará ratifica com esta afirmação, visto que, essa prática acontece por meio das demandas que surgem tanto de forma presencial quanto no ambiente virtual:

A nossa intenção inicial que era trazer essa visibilidade e aí a gente usava muito a rede social pra isso, basicamente o *instagram*, era a nossa grande ferramenta, a gente almejava conseguir maior quantidade de seguidores,

que esses seguidores conseguissem saber o que era que estava acontecendo na cidade, no país, que tipo de lutas estavam acontecendo que muitas vezes são invisibilizadas (E4);

Aí surge o segundo momento em que a gente continua trazendo essa pauta da visibilidade das lutas, mas que ao mesmo tempo surgem as demandas e aí a gente começa a atuar para além das redes sociais, começa a intervir no urbano, no sentido de tentar dirimir as desigualdades eminentes que acontecem nos processos da cidade (E4).

Assim, surge a primeira atividade do Coletivo Carcará na comunidade Caça e Pesca onde o Coletivo foi eleito como entidade acadêmica para apoiar no processo da eleição do Conselho Gestor para ZEIS da Praia do Futuro.

Figura 17 - Primeira intervenção do Coletivo Carcará



Fonte: Perfil do Coletivo Carcará no Instagram.

A partir daí, o Coletivo Carcará passa atuar diretamente na Comunidade do Caça e Pesca sendo canal de conhecimento técnico:

A gente começou a ir pra lá com mais frequência e a gente atuou desde a base de tentar esclarecer as pessoas sobre, o que é o direito a cidade, o que é o direito à moradia, o que é são as ZEIS (E4);

“A gente começou a trazer essa visão técnica da cidade pra um entendimento popular, porque era de necessidade deles esse tipo de conhecimento que só tem acesso à universidade ou pessoas, enfim ligadas a essas dinâmicas, então assim nossa primeira resposta foi trazer oficinas (E4).

Desse modo, o Coletivo busca viabilizar as lutas de resistência de moradores e movimentos de insurgência do território cearense.

O Coletivo afirma não possuir hierarquia e que os papéis a serem desempenhados por cada integrante são atribuídos conforme aptidão pessoal, conforme fala da E4:

O Coletivo Carcará, os quatro integrantes nenhum responde ao outro em termos hierarquicamente, a gente se mantém numa mesma linha (E4);

Não a gente não tem hierarquia não, é como se a gente atuasse mais com base naquilo que cada um tem a oferecer, assim naquilo que cada um, nas aptidões pessoais de cada um, então a gente não tem uma hierarquia estabelecida (E4).

O Coletivo afirma também que não possui registro: “Não temos registro formal, a gente não tem CNPJ” (E4). Entende ainda que a burocratização atrapalha no alcance dos objetivos comuns do Coletivo:

Você não precisa burocratizar o seu processo, às vezes você se junta com pessoas que tem objetivos em comum a você e você pensa em estratégias, soluções para aquele objetivo e você faz, você atua sem precisar estabelecer isso como algo muito burocrático mesmo (E4).

Em relação a liderança, eles afirmam não possuírem líderes, o que reforça a característica de horizontalidade entre os membros que o compõem e reforça a questão da divisão de tarefas por habilidades e aptidões:

Eu acho que liderança realmente não existe. O que existe é que tem especificidades que cada um domina e há uma demanda que aparece e quem domina mais a gente entende que a voz é dele (E4).

Sobre as reuniões, afirmam que, no início, aconteciam com mais frequência. Atualmente acontecem esporadicamente e são realizadas conforme as demandas que surgem:

Quando a gente estava mais no início que todos ainda estavam dentro da faculdade a gente se encontrava todos os dias, então a gente conseguia ter reuniões com frequência, e nem precisava muitas vezes nem ser pré-programadas (E4);

Não é todo fim de semana, não é todo mês, não é periódico. É assim, é quando surge uma demanda né? Quando surge a gente é ativado digamos assim a se encontrar. Agora a gente está vendo que a gente precisa marcar mais pra conciliar horário (E4).

A comunicação entre os membros se dá por meio de grupos de conversa por aplicativos de mensagens instantâneas no *whatsapp* devido à dificuldade de conciliação dos integrantes do Coletivo. “A gente utiliza cotidianamente o grupo do *whatsapp* porque é uma forma rápida e eficaz e faz com que todos tenham acesso as informações” (E4).

Para a comunicação externa eles utilizam um e-mail institucional e um perfil institucional no *Instagram* onde são postadas fotos de ações e intervenções além de informações sobre o coletivo e seus integrantes.

Sobre critérios de novos membros, o Coletivo afirma que já houve discussão sobre, mas até o momento não houve recrutamento de novos membros:

A gente já teve essa pauta, é uma questão pra gente porque já surgiu a necessidade de aumentar membros, mas porque existia muita demanda física assim mesmo presencial de tarefas e, a gente nunca até o momento abriu pra outras pessoas. A gente só dividiu entre nós quatro as funções demandadas, mas que sim a gente já pensou em chamar outras pessoas já, mas até agora nenhum movimento foi dado sobre isso (E4);

Atualmente são os quatro, a gente chegou nessa pauta de que haverá momentos de que precisa ter mais pernas pra atuar, mas aí a gente preferiu continuar os quatro porque é como se a gente achasse que a gente poderia lidar com aquela situação e que trazer uma outra pessoa ainda não seria o momento (E4)

Com relação a fundos e verbas, eles declaram que não possuem nenhum tipo de financiamento público e privado. “As demandas financeiras são mais de deslocamento, de impressão. São custos que a gente conseguia nos indivíduos do nosso grupo. Então assim não necessita de um financiamento externo” (E4). Afirma também que a questão financeira não é prioridade para o grupo e que as demandas surgidas até momento não necessitam de recursos financeiros:

As nossas demandas foram muito ligadas a compartilhar informação, compartilhar conhecimento técnico, isso a gente conseguia fazer sem precisar de um investimento. Tem a ver com o que somos e de onde viemos também, é outro tipo de relação é outro tipo de coletivo. A gente está mais interessado em compartilhar o que a gente recebeu com base no nosso privilégio do que buscar um retorno da sociedade, assim claro que dependendo das demandas a gente pode sim precisar de uma ajuda financeira com certeza, não é a nossa preocupação principal (E4).

No que tange as interações e relações com outros coletivos e movimentos, o Carcará diz que:

A gente já interagiu. Já participou colaborativamente com outros grupos pra divulgar o conhecimento, já teve uma roda de conversa, já participamos também com a troca de conhecimento e de saberes. A gente já se reuniu em assembleias com outros coletivos, a gente debateu temas relevantes pra cidade com outros coletivos assim da nossa interação. Em espaços e locais onde demandava um contato com outros coletivos e comunidades é importante para o próprio coletivo essa interação e troca de experiências (E4).

Percebe-se que o Coletivo apesar de não possuir diretamente nenhuma parceria com outros grupos e movimentos, está aberto a novas parcerias e entende que é fundamental para seu fortalecimento e desenvolvimento de suas ações.

O Coletivo Carcará trabalha com duas vertentes de intervenções:

a) Meio virtual: São postagens no perfil do *Instagram* que tem por objetivo de informar fazer divulgações sobre assuntos técnicos:

No primeiro momento a gente trabalha muito com a divulgação, com acesso a informação, principalmente essa parte técnica o que é plano diretor, o que é ZEIS (E4).

Figura 18 – Postagem informativa



Fonte: Perfil do Coletivo Carcará no *Instagram*

b) Ações presenciais: São ações realizadas presencialmente como debates, rodas de conversas e assessoria técnica, como mostra as seguintes falas:

Fisicamente com roda de conversa e aí posteriormente com assessoria técnica fisicamente na comunidade (E4);

As atividades foram divididas nesse sentido, uma divulgação virtual da informação, e outra de debate e roda de conversa e de atuação diretamente na comunidade também divulgando e acessibilizando a informação necessária presente (E4).

Figura 19 – Rodas de conversa



Fonte: Perfil do Coletivo Carcará no *Instagram*

Com relação à abrangência das intervenções realizadas, os membros afirmam que é tanto local devido as intervenções presenciais quanto digital, não podendo dimensionar o alcance, conforme falas:

A abrangência é local, fisicamente na cidade, a gente atua no nível de cidade mas aí quando a gente vai levar a nossa atuação para as redes sociais ela não tem limites. Um dos nossos objetivos foi tornar visível lutas locais e ampliar via rede social. Não sei dimensionar o alcance. Quem fala português e tiver acesso a rede social vai ter acesso (E4).

E o que a gente tenta fazer é essa ponte entre trazer lutas locais, conflitos locais e ampliar essa visibilidade, então por exemplo muitas das atuações que a gente fez presencialmente a gente ampliava com o instagram, então realmente não sei como medir o alcance assim, mas fisicamente ele é local (E4).

Em relação a frequência o Coletivo afirma que “não existe periodicidade de encontro. De acordo com a demanda que surge, o Coletivo vai fazendo as ações”(E4).

Como consequências das intervenções que o Coletivo realiza, consideram que elas transformaram a cidade:

Eu creio que existe sim uma transformação na cidade na medida que a nossa luta é por direito a cidade. Então, por exemplo, a partir do momento que a gente atua junto com uma comunidade, um grupo de pessoas que ali estão fisicamente no espaço e mesmo que a nossa atuação tenha sido na

dimensão institucional pra aprovar uma zona, a construção do plano diretor, a gente está contribuindo para o acesso e o direito a cidade, o direito a cidade das pessoas, então acho que a gente está contribuindo (E4).

Ainda sobre consequências das intervenções desenvolvidas pelo coletivo, os membros afirmam que existe um ganho tanto social quanto pessoal, conforme a fala:

A gente tem um olhar para as estruturas sociais e eu acho né, de tentar diminuir as desigualdades e fazer um pouco do que a gente consegue fazer pra tentar transformar, exatamente. Então quando a gente consegue praticar e ir ao encontro daquilo que a gente acredita em coletividade, eu acho que isso traz um ganho muito grande de aprendizado e de realização pessoal mesmo. É você fazer, colocar em prática aquilo que você acredita. Mas além dessa dimensão também tem a dimensão social né? (E4).

Em relação a ações e intervenções voltadas para o desenvolvimento de inovação, o Coletivo afirma que inova, pois trabalha com assessoria de uma forma horizontal com as transformações urbanas ou arquitetônicas, conforme mostra a fala de E4:

Eu diria que sim que o Coletivo inova, porque a gente lida com o tema da assessoria que é um grande ainda. É um nó dentro da profissão, dentro da área da arquitetura e do urbanismo, então assim eu diria que é uma inovação da gente lidar de uma forma horizontal com as transformações urbanas ou arquitetônicas, então é como eu digo assim a profissão de um modo geral ela é estruturada a partir de uma hierarquia de uma centralização das decisões e com a assessoria técnica ou informacional que é o que a gente fez nas intervenções e a gente de certa forma atingiu uma inovação assim, porque a gente trabalhou pelo menos de uma forma horizontal a partir de uma demanda deles entende, porque a estrutura o sistema ele está feito pra a gente como arquiteto centralizar as decisões e essa decisão ela ser de cima pra baixo. (E4).

Nota-se também um contraste no discurso do Coletivo com o que Haxeltine et al., (2016) afirma em inovação social como novas práticas sociais que incluem novas combinações ideias, modelos, regras, relações sociais e/ou produtos.

4.2.5 Grupo Negragem

O Grupo Negragem é um grupo de estudo e teatro formado por jovens negros do bairro Bom Jardim que tem como objetivo a autoafirmação da identidade negra, a luta por direitos iguais e o combate ao racismo e demais preconceitos, conforme mostra a fala:

O Grupo Negragem é um grupo majoritariamente de jovens, majoritariamente de pessoas negras, um grupo de estudos e de teatro que vem muito nessa perspectiva de exaltação da pessoa negra. A gente tenta mais a exaltação da cultura negra, a historicidade da cultura negra (E5).

Figura 20 – Marca do Grupo Negragem



Fonte: Perfil do Grupo Negragem no Instagram, 2019.

Seu surgimento se deu em 2017 no Centro Cultural do bairro Bom Jardim – CCBJ após os integrantes participarem de um curso de cinco dias voltado para música, literatura e teatro sobre aspectos e exaltação da cultura negra. Nesse curso “a gente tinha que entregar um projeto (...) todos os trabalhos daqui tem que dar uma devolutiva e a gente fez uma esquete chamada Negragem Coragem.” (E5)

A partir daí, ocorreu a primeira atividade do grupo com a peça teatral denominada de Negragem Coragem:

A gente fez uma esquete chamada Negragem Coragem e a gente gostou muito de fazer isso, de juntar tudo que nós pesquisamos, sintetizar tudo que fizemos e a partir disso a gente recebeu outros convites, sentimos vontade de continuar, continuar estudando, continuar trabalhando nesse intuito (E5).

Figura 21 – Integrantes do Grupo Negragem



Fonte: Perfil do Grupo Negragem no Instagram.

Posteriormente, o grupo Negragem participou da I Escola de Formação Política para a Juventude, promovida pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA onde reuniu cerca de 50 jovens de diversos grupos e coletivos de Fortaleza e Interior do Estado. A formação teve como eixos de discussão as origens das lutas e resistências negra, relatos de racismo e contou com oficinas, atividades culturais e troca de experiências entre os coletivos convidados.

Aqui, também se corrobora o posicionamento de Gohn (2010), pois a questão percebida para a criação do Coletivo foi a vivência dos seus integrantes com relação ao preconceito racial encontrado na sociedade e na aceitação e exaltação da cultura negra:

A questão racial passa pela gente desde a infância até a adolescência, aí depois que a gente apresentou o espetáculo a gente pensou [...] nessa necessidade de continuar falando esse tipo de coisa e também porque a gente conhece poucos grupos que tratam dessa temática, no mesmo foco que a gente. A gente tenta mais a exaltação da cultura negra, a historicidade da cultura negra, pro racismo não ser a porta principal (E5).

Assim, o grupo busca dar ênfase e trazer à tona a exaltação e historicidade da cultura e identidade negra através de atividades culturais.

O grupo afirma não possuir hierarquia e que as decisões são tomadas coletivamente com o consenso de todos os membros do grupo como mostram as falas:

O grupo não possui hierarquia (...) mas muitos de nós, temos uma certa autonomia, nós temos uma certa independência pra justamente criar

esquetes, fazer nossos os próprios textos, (...) a gente tem uma autonomia muito grande nas reuniões também (E5);

Nas reuniões todo mundo tem voto, tipo o voto dessa pessoa aqui não vale mais do que o dessa pessoa, todo mundo volta igual e só decidi uma coisa quando passa por um quórum, e no quórum todo mundo pode votar (E5).

Afirma também que os papéis desempenhados por cada integrante são divididos através do consenso de todos:

Todo mundo trabalha da mesma forma, a gente só faz divisão de trabalho, por exemplo, temos o sarau que a gente organizou aqui. Fulano fica responsável por isso, você por isso, você por aquilo... a gente resolve tudo assim, tudo por um quórum e só é decidido uma coisa se todo mundo votar a favor (E5).

Em relação as reuniões, afirmam que se encontram “ordinariamente uma vez por mês, no último sábado de cada mês” (E5) no CCBJ onde fazem estudo de textos e ensaios de teatro, discutem as ações e estratégias a serem adotadas nas ações. Em relação a comunicação, o Coletivo afirma que devido a proximidade dos integrantes morarem próximos uns os outros, não tem dificuldade de se comunicarem e além disso utilizam o *whatsapp* que é grupo de conversa por aplicativos de mensagens instantâneas, conforme a fala:

Todos moram muito perto e é muito fácil, por exemplo, todo mundo aqui foi muito fácil encontrar no CCBJ. Todos nós estudávamos na mesma escola e os nossos orientadores eram professores dessa escola, então era muito fácil da gente se reunir e ainda hoje é muito fácil, a gente mora muito perto um do outro, não tem dificuldades (E5).

Para a comunicação externa eles utilizam um e-mail, uma página oficial do *Facebook* e um perfil institucional no *Instagram* onde são postadas fotos de apresentações, ações e informações que ajudam a divulgar o Coletivo e suas ações.

Quanto ao recrutamento de novos membros, o grupo busca recrutar a cada seis meses novos voluntários através de uma formação:

A cada seis meses a gente faz, a gente fez agora em julho, vamos fazer agora só no começo do ano. Só pode participar do grupo Negragem se você fizer uma formação voltada pra temática. A gente escolhe uma temática, por exemplo, a gente já fez roda de conversa, a gente deu aula sobre oficina, eu digo formação pra poder ampliar, a gente já fez roda de conversa já fizemos oficina tudo isso (E5);

A gente não gosta de classificar, você é ator e você não é. Como a gente pauta muito essa questão do estudo a gente foca mais nisso, se você tem interesse pela área se você conhece sobre o tema, se você tem muito interesse de conhecer sobre, você já está apto pra participar do grupo (E5).

Sobre fundos e verbas, declara que não recebe nenhum tipo de financiamento público ou privado. “É um grupo totalmente sem fins lucrativos” (E5). O Coletivo recebe doações e quando precisam levantar fundos buscam fazê-lo por meio de bazar. Afirmam também que recebem cachês pelas apresentações em eventos:

A gente apresenta, faz roda de conversa e peça. A gente já recebeu por apresentações e a gente tira dez por cento pro grupo, quinze por cento pra organização, pra quem está à frente das organizações e o restante a gente dividi, mas geralmente é isso dez por cento pro grupo. A gente já fez ações como vendas, já abrimos um bazar e já recebemos doações também (E5).

No que diz respeito a relações e interações com outros coletivos e movimentos, o grupo Negragem afirma que por fazer parte da Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS) interage e possui parcerias com outros coletivos e movimentos:

A rede DLIS é um coletivo de coletivos e na caminhada pela paz, por exemplo, não foi só a gente que participou. Outros grupos também participaram, a gente tem muita interação com os meninos, por exemplo, dos Tambores do Gueto que se autodeclaram pessoas negras, mas a marca deles principal é a juventude periférica que passa por várias violências e os Jovens Agentes da Paz – JAP que trabalha com jovens da periferia (E5);

A rede DLIS teve o aniversário dela e todo mundo se juntou pra fazer. Teve, por exemplo, um encontrão no mês de fevereiro da rede DLIS que é todos os grupos vão se reunir pra criar um plano pra 2020 e todo mundo junto conseguir realizar essas ações em conjunto (E5).

No discurso percebe-se que o grupo se relaciona e interage constantemente com outros movimentos e coletivos de diversas áreas e temáticas.

O grupo Negragem atua com diversas atividades, entre as principais estão “as formações e apresentações de espetáculos e esquete” (E5). Esquetes são pequenas peças teatrais de curta duração (15 a 20 minutos). Além disso, foi a primeira atividade desenvolvida pelo grupo:

A nossa primeira atividade foi a criação do esquete negragem, a gente juntou informações sobre a intervenção de jovens, que a gente já tinha uma pesquisa sobre autoafirmação de jovens negros e muitos deles

aproveitaram essa pesquisa pra contar casos de racismo que aconteceram na escola, muitas das nossas falas no espetáculo são falas reais, tem também a questão de mulheres negras, a gente tenta abordar isso também no espetáculo, e a questão de criança de como o racismo entra, a questão racial. (E5).

Figura 22 – Apresentação teatral Negragem Coragem



Fonte: Perfil do Grupo Negragem no *Instagram*

O grupo realiza também sarau, grupo de estudos, oficinas e rodas de conversas, conforme mostra a seguinte fala:

Nós temos também além das formações e peças teatrais, as rodas de conversa, grupos de estudos e as oficinas que agora a gente também está abrindo para o público infantil, a gente já fez várias oficinas com máscara, africanas e bonecas abayomis (E5).

Figura 23 – Roda de conversa



Fonte: Perfil do Grupo Negragem no *Instagram*

Com relação a abrangência das intervenções, ela é local, com foco no Grande Bom Jardim e adjacências:

A gente abrange os bairros integrantes do Grande Bom Jardim, que são cinco: o Bom Jardim, o Siqueira, o Canindezinho, o Granja Lisboa e a Granja Portugal. A gente abrange esses cinco bairros porque são os bairros que o centro cultural trabalha e também porque tem muito a ver com os nossos trabalhos, tem muito a ver com o que a gente pauta, a gente gosta de tratar da realidade de quem tá perto da gente, o Negragem é muito isso muito o nosso pelo nosso (E5).

Nós já fomos convidados, a gente já foi pra Caixa Cultural, pro Banco do Nordeste que fica lá no centro, pro bairro de Fátima. Se fomos convidados para algum evento cultural na cidade de Fortaleza, a gente vai (E5).

Em relação a frequência das intervenções, o grupo afirma que em seis em seis meses realiza peças teatrais e durante o ano realiza outras atividades, como mostra a seguinte fala:

Nosso espetáculo é de seis em seis meses. Quando a gente dá uma parada porque a gente está nesse processo de pesquisa. Por exemplo, a gente parou de agosto pra cá e só tem voltado agora no mês de novembro porque a gente foi muito solicitado justamente por ser um mês voltado pra questões raciais, mas a gente costuma muito apresentar de seis em seis meses. Mas durante o ano tem as formações, rodas de conversa, debates, sarau e outra atividades (E5).

Como consequências das intervenções que realiza, é citado o reconhecimento do grupo e o impacto causado na sociedade, conforme as falas:

Muitos locais que a gente costuma frequentar, por exemplo, a gente percebe que já existe essa fala diferenciada, a galera já começa a entender o que é o racismo, que o racismo não é só chamar de negrinho, falar alguma coisa assim nesse sentido. Acredito que justamente o impacto no pensamento das pessoas de conseguirem mudar em relação as pessoas negras. Então acho que transformamos a cidade nessa questão de pensar e no modo de agir das pessoas (E5);

Nós que somos negros, nós temos que ter essa afirmação, essa identidade. Por exemplo, muita gente aqui já assumiu black, muita gente até mesmo do nosso grupo tinha o cabelo alisado, muita gente simplesmente deixou de alisar porque começou a aceitar sobre isso, em todos os espaços que a gente vai a gente já é reconhecido como Negragem (E5);

Esse é o nosso ganho e acredito que seja o ganho da sociedade a partir do momento que você não se coloca pra baixo também, não se desvaloriza por ser uma pessoa negra, não tentar passar pelo processo de embranquecimento, você não tenta mais alisar seu cabelo, você se coloca do jeito que você é, o seu jeito natural você assume seu cabelo crespo,

você procura produtos voltados pro seu tom de pele, creio que esse é o nosso ganho, o ganho da nossa cidade (E5);

Em relação a ações e intervenções voltadas para o desenvolvimento de inovação, Coletivo afirma que inova a partir do discurso de exaltação da identidade negra, conforme mostra a fala de E4:

É justamente essa a inovação, mas a gente inova muito nesse sentido, no sentido de trazer outra perspectiva, na perspectiva de, desse não aparamento dessa exaltação de que nós somos negras, nós somos vivos e nós temos coisas a falar.

Nota-se nas falas do Coletivo ao se referirem nas intervenções voltadas para a inovação e o impacto causado na sociedade uma divergência no entendimento de Haxeltine et al. (2016) que considera mudança transformadora de inovação resultante de uma interação específica entre divisores de jogo, narrativas de mudança, inovação de sistema e inovação social, como tons distintos mas entrelaçados de inovação e cada um dos quais tem um potencial específico para desafiar, alterar e / ou substituir instituições dominantes.

4.3 ANÁLISE QUALITATIVA DOS MOVIMENTOS INSURGENTES

A seguir, serão apresentados os dados da análise qualitativa em três aspectos dos movimentos insurgentes: o primeiro sobre origem e história, o segundo sobre as características gerais e peculiaridades de organização e, por fim, aspectos relacionados a ações e intervenções.

O corpus textual resultante das entrevistas transcritas foi lançado no software *Iramuteq* e aplicados os seguintes métodos: Classificação Hierárquica Descendente (CHD) conforme o método descrito por Reinert (1990), a Análise de similitude de palavras presentes no texto e a Nuvem de palavras.

O método CHD classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos das outras classes (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Já a análise de similitude se baseia na teoria dos grafos e possibilitou identificar as coocorrências entre as palavras e seus resultados mostrando indicações da conexidade, auxiliando na identificação da estrutura do corpus textual com a representação gráfica (CAMARGO; JUSTO, 2013).

A nuvem de palavras é uma análise lexical mais simples e graficamente bastante interessante, pois possibilita rápida identificação das palavras chave de um corpus. Nessa análise são agrupadas e organizadas graficamente as palavras em função da sua frequência.

4.3.1 Origem e história dos movimentos

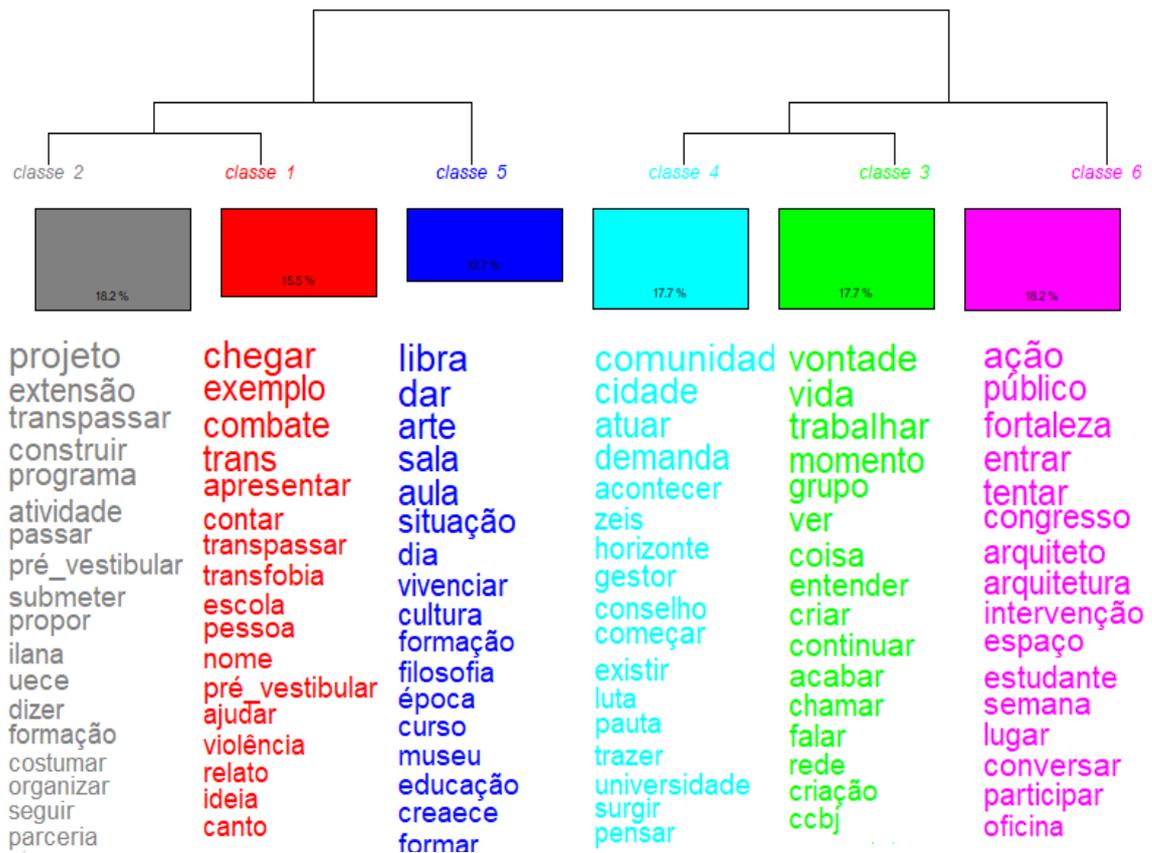
A figura 24 a seguir mostra os resultados do método CHD, na qual foram classificados aspectos relacionados sobre origem e história dos movimentos estudados. Com o dendograma foi possível perceber as palavras que obtiveram maior porcentagem quanto à frequência média entre si e diferente entre elas.

Pode-se perceber uma presença hierárquica dos termos nos seis clusters, além de apontar que as classes 3, 4 e 6 estão mais próximas entre si, enquanto as classes 1, 2 e 5 se aproximam. Além do número de classes, é possível também notar a participação percentual delas no total de textos.

Percebe-se que, o tamanho das classes é relativamente homogêneo, com pouco mais da metade dos termos em cada um dos dois grandes conjuntos de classes (classes 1, 2 e 5 de um lado, classes 3, 4 e 6 de outro).

A classe 1, 2 e 5 apresentou palavras relativas ao Coletivo transpassando. A classe 3 mostrou termos ligados ao Coletivo A-braço e Grupo Negragem. A classe 4 revelou palavras relacionadas ao Coletivo Carcará. Por fim, a classe 6 demonstrou palavras ligadas ao Coletivo A-braço e ao Fortaleza Invisível.

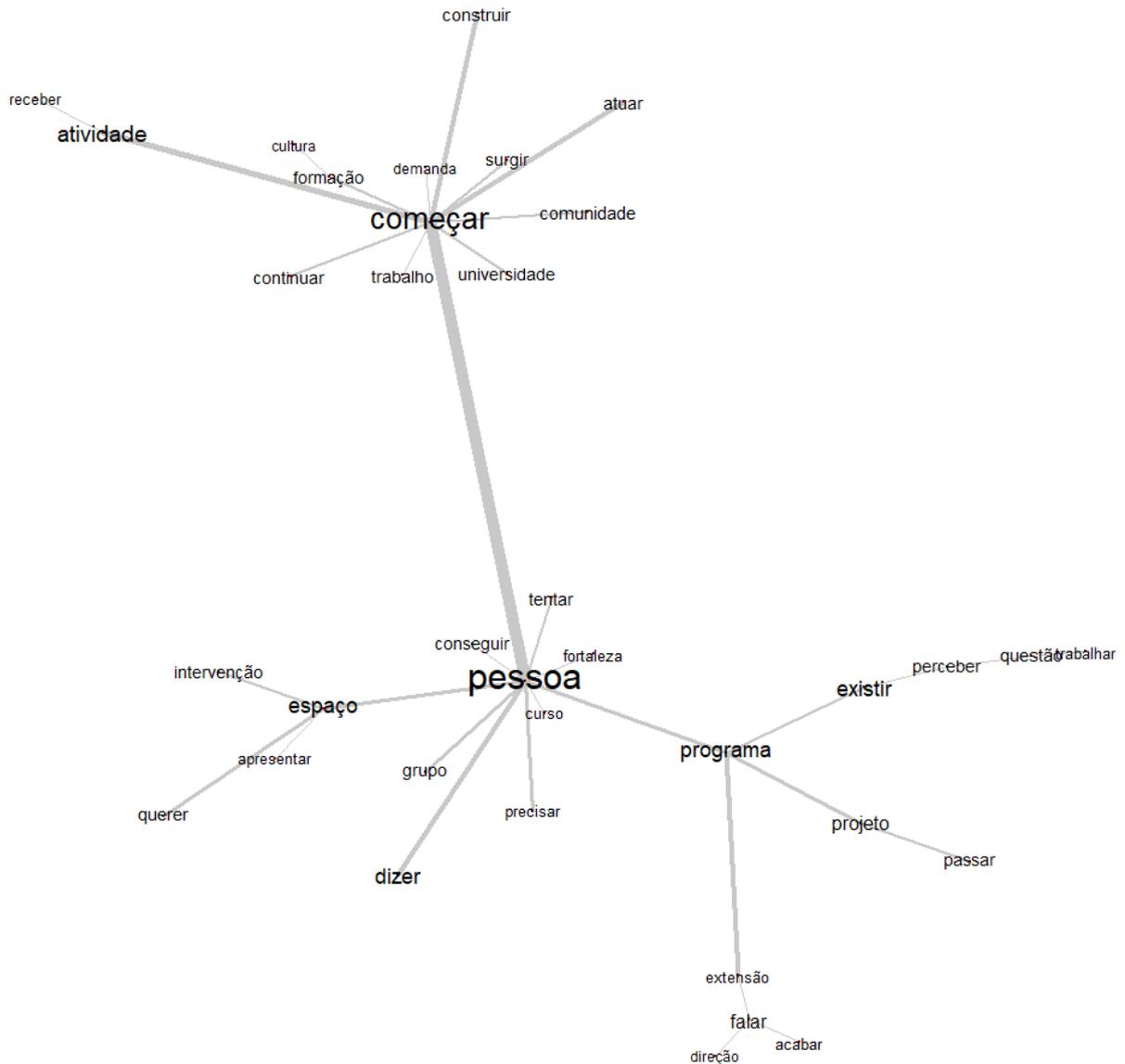
Figura 24 – Dendograma do CHD



Fonte: elaborado pelo autor com apoio do software Iramuteq.

O gráfico de similitude (figura 25) apresenta as principais ocorrências e conectividade no conteúdo das entrevistas dos movimentos pesquisados relacionados a origem e história. A palavra de destaque central é “pessoa” e se justifica pelo fato de para quem se originaram os movimentos insurgentes pesquisados. Observa-se também palavra “começar” como destaque que está relacionada o porquê do surgimento dos movimentos insurgentes pesquisados.

Figura 25 – Representação gráfica dos aspectos sobre origem e história



Fonte: elaborado pelo autor com apoio do software Iramuteq.

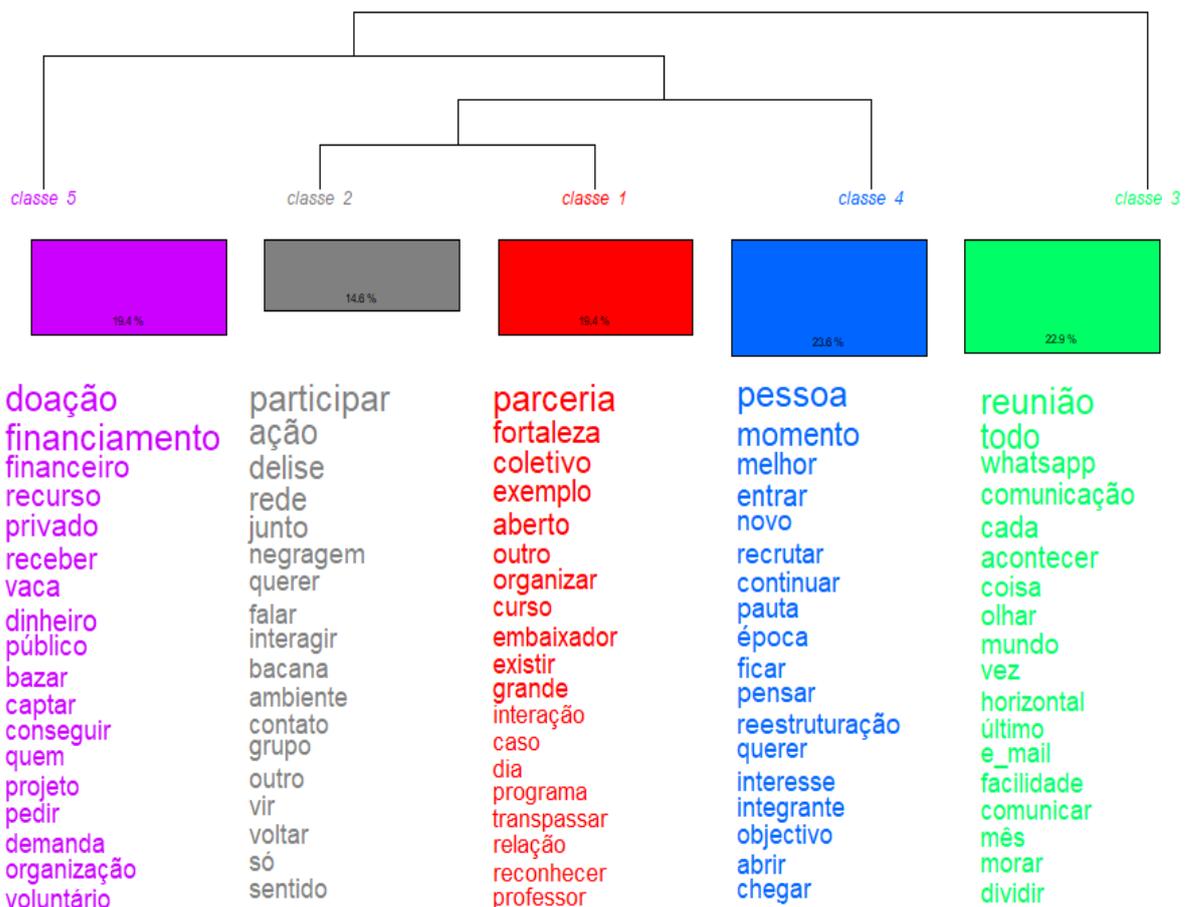
4.3.2 Características gerais e peculiaridades de organização dos movimentos

A figura 26 a seguir mostra os resultados do método CHD, na qual foram classificados aspectos relacionados sobre características gerais e peculiaridades de organização dos movimentos insurgentes estudados.

Percebe-se uma formação de cinco clusters, além de apontar que as classes 3 e 4 estão mais próximas entre si, enquanto as classes 1, 2 e 5 se aproximam. Verifica-se que cada classe está relacionada a um tema específico das

características de organização dos movimentos. A classe 1 apresentou palavras relativas a forma de interação com outros coletivos. A classe 2 demonstrou palavras relacionadas ao tema auto-organização. A classe 3 mostrou termos ligados as reuniões e formas de comunicação. A classe 4 revelou palavras relacionadas ao recrutamento de novos membros. E, por fim, a classe 5 demonstrou palavras ligadas ao financiamento dos coletivos.

Figura 26 – Dendograma da CHD

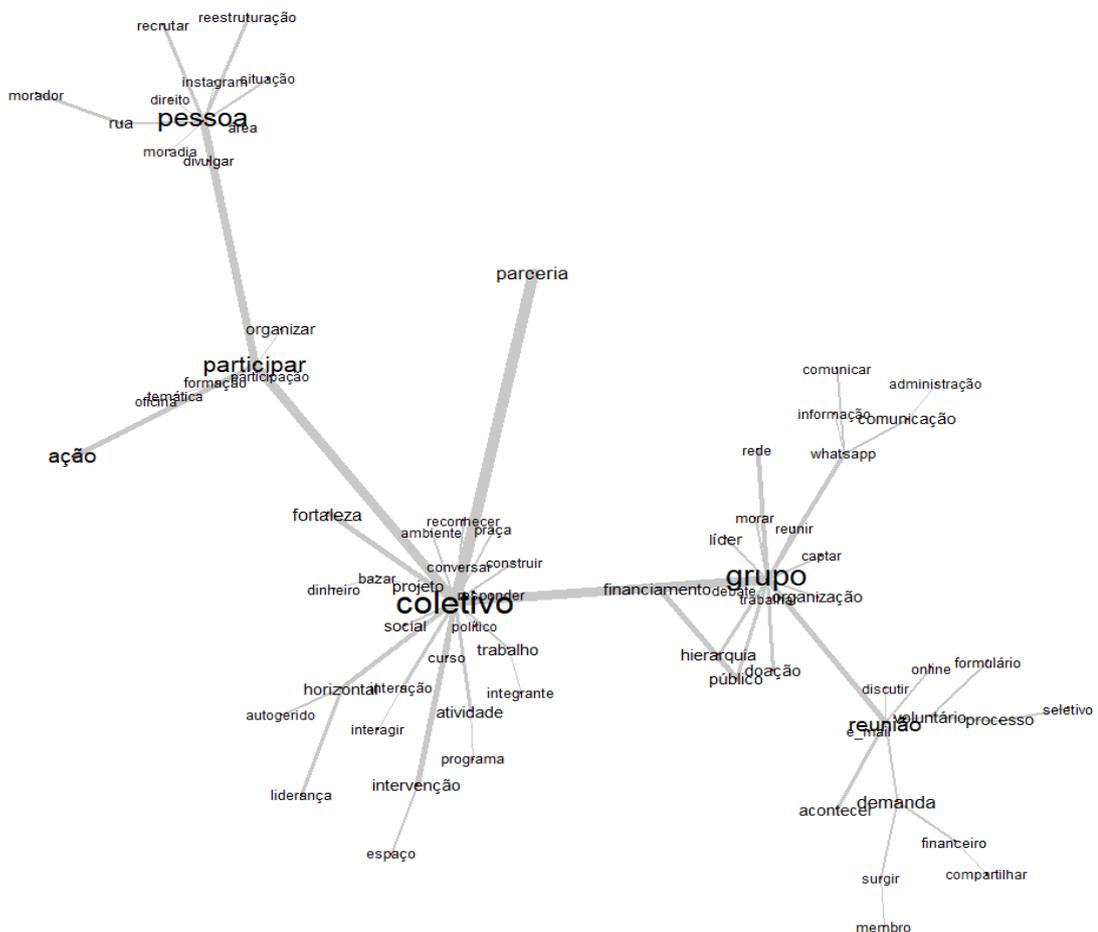


Fonte: elaborado pelo autor com apoio do software Iramuteq.

O gráfico de similitude (figura 27) apresenta as principais ocorrências e ligações no conteúdo das entrevistas relacionadas às características gerais e peculiaridades de organização. A palavra de destaque central é “coletivo” e se explica pelo fato de terem sido analisados aspectos próprios e específicos dos movimentos estudados como auto-organização (hierarquia, liderança, entre outros),

recrutamento de novos membros, reuniões, comunicações e financiamento. Observa-se que os coletivos possuem características de auto-organização e emergência que surgem espontaneamente apresentando características que os evidenciam como ambientes auto-organizáveis. E esses coletivos como diversos atores em diferentes níveis não empoderam com os processos de inovação social proposto pela TSI. Evidencia a falta de governança que segundo a teoria entende que é inerentemente sobre capacitar outros atores além do governo na resolução de desafios sociais na qual requer a participação de ferramentas de governança. Além da falta de recursos disponíveis dos movimentos que são independentes e essa dificuldades financeiras existentes é uma grande barreira para muitas iniciativas de inovação social.

Figura 27 – Representação gráfica dos aspectos relacionados a características gerais e peculiaridades de organização



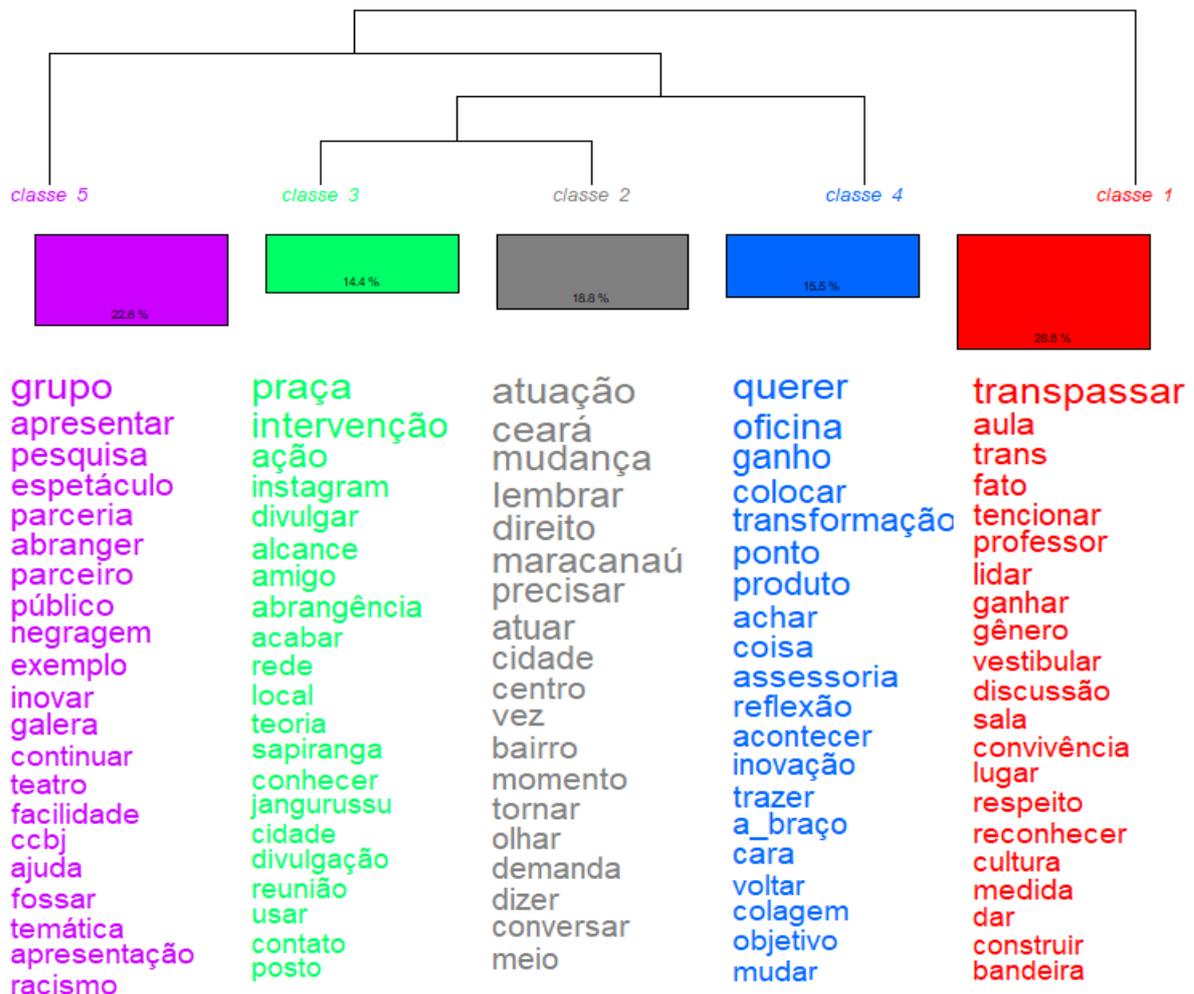
Fonte: elaborado pelo autor com apoio do software Iramuteq.

4.3.3 Ações e intervenções dos movimentos

A figura 28 a seguir mostra os resultados do método CHD, na qual foram classificados aspectos relacionados sobre as ações e intervenções. Pode-se perceber uma presença hierárquica dos termos nos cinco clusters, além de apontar que as classes 2, 3 e 4 estão mais próximas entre si. Percebe-se que essas 3 classes (2, 3 e 4) possuem termos nos quais se relacionam com as ações e intervenções de 3 coletivos: Coletivo A-braço, Coletivo Carcará e Fortaleza Invisível.

A classe 1 apresentou palavras relativas as ações e intervenções do Coletivo Transpassando enquanto a classe 5 revelou palavras relacionadas as ações e intervenções do Grupo Negragem.

Figura 288 – Dendograma do CHD



Fonte: elaborado pelo autor com apoio do software Iramuteq.

Para uma melhor visualização dos principais resultados encontrados na pesquisa segue um quadro resumo. Observa-se como destaque uma ausência de interações entre os cinco tons de mudança da inovação da TSI (inovação social; inovação do sistema; *game-changers*; as narrativas de mudança e a transformação da sociedade) com as ações e intervenções dos movimentos insurgentes estudados. Como consequência dessa falta de interação, evidencia uma ausência de novas práticas sociais, novos modelos e ideias, o que contraria a TSI no quesito da transformação social que exige uma mudança simultânea em múltiplas dimensões (e não em apenas uma dimensão) dos sistemas sociais. Destacam-se ainda as relações sociais que são locais e específicas demonstrando um surgimento de necessidades locais e específicas não ocorrendo amplamente por toda a sociedade.

Quadro 7 – Resumos dos principais resultados encontrados

| PRINCIPAIS RESULTADOS | | |
|--|---------------------------------|--|
| Origem e História | Surgimento | Reflexão da própria experiência vivenciada |
| | | Caráter reivindicatório |
| | | Necessidade não atendida |
| | Objetivos | Melhoria do espaço público |
| | | Busca igualdade e direito dos cidadãos |
| | | Busca pelo direito à cidade |
| Luta por uma cidade mais justa | | |
| Características gerais e peculiaridades de organização | Gerais | Auto-organização |
| | | Espontaneidade |
| | | Insurgência |
| | | Emergência |
| | Hierarquia | Horizontalidade |
| | | Descentralização |
| | | Multiliderança |
| | | Informalidade |
| | Questão financeira | São independentes |
| | Interações com outros Coletivos | Altos níveis de Interação |
| | | Atividades em conjunto gerando parcerias |
| Mobilização e fortalecimento | | |
| Ações e Intervenções | Tipo | Educativas |
| | | Protesto |
| | Meio | Presencial |

| | |
|---|---|
| | Virtual |
| Abrangência | Local |
| Consequências observadas | Despertar da cidadania |
| | Pertencimento social |
| Aspectos relacionados Cinco tons de inovação | Mudanças na comunidade |
| | Ausência de interações entre os tons |
| | Relações sociais locais e específicas |
| | Ausência de novas práticas sociais, novos modelos e ideias. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi investigar os movimentos insurgentes que atuam na cidade de Fortaleza (CE) à luz da Teoria de Inovação Social Transformadora (TSI). Os grupos e movimentos insurgentes na perspectiva da inovação social usando o modelo TSI, ainda não haviam sido explorados com foco na gestão das cidades, mostrando a particularidade desta pesquisa. Portanto, para alcançar o objetivo foram estabelecidos três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi identificar os principais movimentos insurgentes na cidade de Fortaleza. Assim, foram escolhidos e pesquisados os movimentos em suas diversas áreas de atuação e buscou-se conhecer a origem e história de cada grupo estudado. Verificou-se que todos os coletivos surgem de uma necessidade não atendida da população e, também, por meio de uma reflexão sobre sua própria experiência. Possuem caráter reivindicatório, o que mostra sua natureza insurgente e emergente, corroborando com Johnson (2003) em que a dinâmica *bottom up* emerge como um fenômeno coletivo de reivindicação.

Assim, confirma o conceito de cidadania de HARVEY (2014) que tem como principal característica o sentimento de pertencimento a uma cidade além da busca por uma cidade mais justa, a luta pelo direito à cidade, melhoria do espaço público e a busca da igualdade e direito dos cidadãos.

Para o alcance do segundo objetivo específico, buscou-se conhecer a dinâmica dos movimentos insurgentes selecionados através da identificação das características gerais e peculiaridades de organização, como elementos de auto-organização, recrutamento, financiamento e interações com outros grupos e/ou coletivos.

Constatou-se no campo empírico que todos os coletivos possuem características de auto-organização e emergência, surgem espontaneamente e possuem um alto grau de interação entre seus membros. Dessa forma, os coletivos urbanos apresentam, de uma maneira geral, características que os evidenciam como ambientes auto-organizáveis. Assim, confirma o conceito de cidadania de HARVEY (2014) que tem como principal característica o sentimento de pertencimento a uma cidade além da busca por uma cidade mais justa, a luta pelo direito à cidade, melhoria do espaço público e a busca da igualdade e direito dos cidadãos.

Quanto à hierarquia dos coletivos, verificou-se que todos possuem características de descentralização, horizontalidade, multiliderança e informalidade. Essas características comprovam o caráter de complexidade e auto-organização dos coletivos, visto que, segundo Johnson (2003), por possuírem diferentes atores que interagem de forma dinâmica por meio de regras próprias, não precisam de líderes. Portanto, os coletivos apresentam características próprias de Redes, cuja disseminação notadamente nos ambientes complexos.

No que tange aos critérios de seleção de novos membros, a maioria dos coletivos pesquisados usam os critérios tradicionais como anúncios em redes sociais para atrair e entrevista para escolher novos candidatos. Com exceção do Coletivo Carcará e A-braço que nunca fizeram seleção para novos membros.

Outro ponto que merece destaque em relação às características dos coletivos é a questão do financiamento, visto que nenhum deles possui ajuda ou apoio financeiro público ou privado. São independentes, se auto financiam, e quando necessitam desenvolvem alguma atividade para arrecadar fundos.

No que diz respeito à interação com outros coletivos, todos os grupos estudados se relacionam e interagem com outros movimentos. Formam parcerias e desenvolvem ações e intervenções em conjunto, o que gera mais força e mobilidade e um alto nível de interação entre eles.

Em relação ao terceiro objetivo específico (confrontar as ações desenvolvidas por esses movimentos com o Modelo da Teoria da Inovação Social Transformadora - TSI) relacionam-se os cinco tons de mudança e inovação da TSI com as ações e intervenções dos movimentos insurgentes estudados.

Essas ações e intervenções envolvem três aspectos: tipos de intervenções; abrangência e consequências. Em relação aos tipos de intervenções,

os coletivos se caracterizam por intervenções de caráter educativo e de protesto. Identificou-se também que todos realizam suas intervenções de duas maneiras diferentes: tradicionais, de forma presencial e por meio virtual, através de redes sociais como *Facebook* e *Instagram*. Com relação a abrangência, todos possuem abrangência local, o que demonstra o surgimento de necessidades locais e específicas.

No que diz respeito às consequências das intervenções, a maioria das ações e intervenções realizadas são ainda, nos moldes tradicionais como rodas de conversas, palestras e debates, entre outros, o que acaba não gerando novas práticas sociais, novas ideias, modelos, relações e/ou serviços sociais, que de fato permita chegar a uma transformação social como uma mudança fundamental e persistente na sociedade de acordo com modelo TSI.

Observou-se um discurso único em todos os coletivos de que as ações e intervenções ajudam a transformar e impactar a sociedade. Percebe-se que os grupos e movimentos aqui pesquisados possuem uma trajetória ainda incipiente apesar de serem atuantes em seu papel como coletivo. Portanto, conclui-se que os movimentos insurgentes aqui estudados não podem ser classificados como inovação social de acordo com o modelo adotado nessa pesquisa, o modelo TSI.

Diante dos resultados desta pesquisa, pode-se confirmar que a lente teórica da Inovação Social se mostrou apropriada para compreender o objeto estudado.

As limitações desta pesquisa situam-se: i) no teórico, por se tratar de um tema novo, conta com pouca literatura para embasamento; ii) nos resultados, que não podem ser generalizados, pois abordam grupos e movimentos que estão em constante mudança; iii) na dificuldade de colaboração dos membros dos coletivos para a realização de entrevistas com a profundidade necessária.

Sugere-se para futuras pesquisas um estudo com outros coletivos de diferentes causas e tipos de atuações, com o intuito de relacionar com outros modelos de inovação social existentes na literatura; um estudo mais aprofundado das dimensões da inovação social com os coletivos e movimentos, pois assim, contribuiria para a ampliação do conhecimento sobre o tema, permitindo elaborar uma escala que possa classificar os movimentos insurgentes dentro dos requisitos de uma inovação social; e, finalmente, recomenda-se utilizar os movimentos

insurgentes em novas pesquisas específicas sobre Redes, ampliando a base de estudos nesse tipo de organização.

Este trabalho traz como contribuição a abordagem de um tema inédito, ainda não explorado nas ciências sociais aplicadas. Com isso, busca-se agregar o conhecimento de inovação social ao campo da gestão de cidades, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica, contribuindo também para incentivar a promoção do tema como campo de investigações teórico-prático na área de Administração.

Por fim, espera-se que esse estudo sirva de inspiração para acadêmicos e profissionais da área contribuindo para o avanço de novas pesquisas fortalecendo o campo da gestão de cidades.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, I; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, XLI, v. 81, p.121-141, 2006.

ALVES, Valter Vinicius Vetore; GABRIEL, Kelton. Cidade, planejamento e gestão urbana: o estudo de impacto de vizinhança (eiv) e a participação popular. *Caminhos de Geografia*, v. 14, n. 46, 2014.

AVELINO, F., Wittmayer, J., Haxeltine, A., Kemp, R., O’riordan, T., Weaver, P., Loorbach, D., & Rotmans, J. (2014). Game-changers and transformative social innovation: the case of the economic crisis and the new economy. Working Paper, *TRANSformative Social Innovation Theory (TRANSIT)*. Brussels: European Commission.

BARBIERI, J.C; DE VASCONCELO I. F. G; ANDREASSI, T.; DE VASCONCELOS F.C. Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. São Paulo: **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 50, n. 2, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, PT: Edições 70, 2011.

BATTY, M. The Size, Scale, and Shape of Cities. *Science*, v. 319, p. 769-771, 2008.

BERKHOUT, F.; GREEN, K. **Managing innovation for sustainability: the challenge of integration and scale**. *International Journal of Innovation Management*, 6, 2002.

BIGNETTI, L P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 47, N. 1, p. 3-14, jan/abr 2011.

BRASIL. **Lei nº 10973, Lei da inovação**, 2004.

BUHEGGER, Barbara; ORNETZEDER, Michael. Social innovations on the way to sustainable development. In: ESEE Conference Proceeding, Vienna. 2000.

Camargo, B. V., Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia*, 21 (2), 513-518.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 82, n. 1, p. 42–51, 2013.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CLOUTIER, J. Qu’est ce que l’innovation sociale? *Cahiers du CRISESQuebec*, 2003.

COLETIVO A-BRAÇO (@coletivoa_braco). Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/coletivoa_braco/. Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO CARCARÁ (@coletivo.carcara). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivo.carcara/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO TRANSPASSANDO (@transpassando). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/transpassando/>. Acesso em: 1 dez.2019.

COMEAU, Yvan. Les contributions des sociologies de l'innovation à l'étude du changement social. In: *Innovations Sociales et Transformations des Conditions de Vie. Actes du Colloque*. 2004. p. 29-44.

CRISES. **An introduction to CRISES.Crises - Centre de recherche sur les innovations sociales**Montréal, 2004. Disponível em: http://crises.uqam.ca/upload/files/presentation/P_CRISES_ang.pdf

CRISES. **Rapport annuel des activités scientifiques du Crises 2013-2014**.Montréal, 2014. Disponível em: http://crises.uqam.ca/upload/files/rapports-annuels/Rapport_annuel_2013-2014_version_site.pdf

CRISES. **Rapport Annuel des Activités Scientifiques du CRISES 2014-2015**.Montréal, 2015. Disponível em: http://crises.uqam.ca/upload/files/rapportsannuels/Rapport_annuel_du_CRISES_2014-2015_140116_Final.pdf

CRISES. **Centre de recherche sur les innovations sociales**.Montréal., 2017. Disponível em: <http://crises.uqam.ca/presentation-en>

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: _____. *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. [S.l.]: Atlas, 2000.

DESLAURIERS; J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 127-153.

FILÉTI, Giovana de Souza. **Iniciativas de Ação Social de Cooperativas à Luz da Inovação Social**. 2019. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Administração) - Universidade Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

FORTALEZA INVISIVEL (@forinvisivel). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/forinvisivel/>. Acesso em: 1 dez.2019.

GABOR, D. *Innovations: scientific, technological, and social* (New York: Oxford University Press) vi, 113, 1970.

GODOI, C.K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A.B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010. 190 p

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. In: **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e redes solidárias**. 2008.

GOLDENBERG, M. ; Social innovation in Canada: How the non-profit sector serves Canadian and how it can serve them better. Canadian Policy Research Networks: Ottawa. 2004.

GOMEZ, C., *et al.* Inovação social x tecnologia social: duas faces da mesma moeda? In: XXVII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 2014, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPAD, 2014.

GRUPO NEGRAGEM (@negragem). Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/negragem>>. Acesso em: 1 dez.2019.

GUERRA, Paula. A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 13, 2017.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2006.

HAXELTINE, A., Avelino, F., Wittmayer, J., Kemp, R., Weaver, P., Backhaus, J., & O'riordan, T. (2013, november). Transformative social innovation: a sustainability transitions perspective on social innovation. Proceedings of the Nesta Conference Social Frontiers: The Next Edge of Social Science Research, London, UK.

HOCHGERNER, Josef; Soziale Innovationen finden, erfinden und realisieren. Powerpoint presentation during the XV. congress for applied sociology, Sozialwissenschaftliche Theorien und Methoden im Beruf', Forum 8: Soziale Innovationen – Potenziale der Sozialwissenschaften bei der Neukonfiguration sozialer Arrangements. University Hamburg, 5 – 6. 2009.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. [S.l.]: Companhia das Letras, 2013.

HORI, P. Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. In: XVII ENANPUR - ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. DESENVOLVIMENTO, CRISE E RESISTÊNCIA: QUAIS OS CAMINHOS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017.

HOWALDT, Jürgen; SCHWARZ, Michael. Social innovation. Concepts, Research Fields, and International Trends. Dortmund: Sozialforschungstelle Dortmund, 2010. Disponível em:<http://www.sfsdortmund.de/odb/Repository/Publication/Doc%5C1289%5CIMO_Trendstudie_Howaldt_Schwarz_englische_Version.pdf>. Acesso 20/01/20.

JOHNSON, S. *Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

JULIANI, D P; JULIANI J P; SOUZA, J A; HARGER, E M. «Inovação social: perspectivas e desafios» *Espacios*, vol. 35, n.º 5, 2014.

LAMB, Richard Henry. et al. *Complexidade em arquitetura e urbanismo: uma avaliação das ciclovias em Florianópolis, Brasil*. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. (orgs.). *Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2003.

LIMA, C. H; *A Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano*. **Oculum Ensaios**, 2015. 12 (Janeiro-Abril)

LIMENA, María; CAVALCANTI, MARGARIDA. *Cidades Complexas no Século XXI: ciência, técnica e arte*. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 3, p. 37-44, 2001.

MACCALLUM, Diana/ MOULAERT, Frank/ HILLIER, Jean/ HADDOCK, Serena (eds.). *Social Innovation and Territorial Development*. Aldershot: Ashgate Publishing Limited., 2009.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco, 2002.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOULAERT, F. et al. *Towards alternative model(s) of local innovation*. *Urban Studies*, v.42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MOULAERT, F. et al. *General Introduction: the return of social innovation as a scientific concept and a social practice*. In: MOULAERT, Frank. et al. *The international handbook on social innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Northampton, MA: Edward Elgar Pub, 2013. p.01-06.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. *Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities*. *European Urban and Regional Studies*, 14(3):195-209. 2007.

MULGAN, G.,. *The process of social innovation*. *Innovations* 1.2 pp. 145–162. 2006

MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B. 2007. *Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated*. London, The Young Foundation. Disponível em: www.youngfoundation.org. Acesso em: 01/04/2019.

MULGAN, G.; SIMON, S.; PULFORD, L. *Study on Social Innovation for the Bureau of*

European Policy Advisors. Young Foundation, 2011.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. (2010) The Open Book of Social Innovation. London, NESTA/The Young Foundation. Disponível em: www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation. Acesso em: 01/04/2019.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? - Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.

NOVY, A.; LEUBOLT, B. Participatory Budgeting in Porto Alegre: Social Innovation and the Dialectical Relationship of State and Civil Society. *Urban Studies*, 42(11):2023-2036. 2005.

OLIVEIRA, P.G.G. **A Insurgência Cidadã e a Gestão de Cidades: um estudo sobre movimentos insurgentes e suas interações com a administração pública municipal**. 2018. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

PEL, Bonno; BAULER, Tom; KEMP, René; WITTMAYER, Julia; AVELINO, Flor; DORLAND, Jens (2012). Deliverable 5.1.. From research design to meta analysis guidelines. TRANSIT PROJET. Grant Agreement n. 613169

PHILLS Jr. J.A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D.T. Rediscovering Social Innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Fall: 34-43. 2008.

POL, E.; VILLE, S. Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? *The Journal of Socio- Economics*, 38:878-885. 2009.

PORTUGALI, J. **Complexity Theories of Cities: achievements, criticism and potentials**. In: **Complexity Theories of Cities Have Come Age: an overview with implications to urban planning and design**. Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2012.

RAPLEY, R. Interviews. In: SEALE, Clive et al. (Eds.) *Qualitative research practice*. London: Sage, 2004. p. 15-33.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, J. A. D; PINTO, J.D.S. **A Inovação nas Empresas e o seu Processo de Mensuração**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

RODRIGUES, A. L. 2006. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXX, Salvador, Anais... Salvador

ROGERS, E. **Diffusion of innovations**. 4. ed. Nova York: The Free Press, 1995.

ROLLIN, J.; VICENT, V. Acteurs et processus d'innovation sociale au Québec. Québec: Université du Québec, 2007.

SERVA, Maurício; DIAS, Taisa; ALPERSTEDT, Graziela Dias. Complexity paradigm and theory of organizations: an epistemological reflection. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Sociedade e Democracia**. São Paulo: Abril Cultural, 1988. 534 p.

SILVA, S. B. DA. **Inovação Social: um estudo preliminar sobre a produção acadêmica entre 2001 e 2011** Anais Convibra. **Anais**. 2012 Disponível em: <http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2597.pdf>

SILVA, Marcelo Martins. Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 39, 2017.

SOUZA, M. L. de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, A.C.A.A.; SILVA FILHO, J.C.L. Dimensões da inovação social e promoção do desenvolvimento econômico local no semiárido cearense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38., 2014, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

STANFORD SOCIAL INNOVATION REVIEW. 2003. Disponível em: www.ssireview.com. Acesso em: 01/04/2019.

TARDIF, C; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence e transversalité: La conceptualization de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovation Sociales. Cahiers du CRISES. Québec, 2005. p. 1-81.

TAYLOR, J. B. Introducing Social Innovation. The Journal of Applied Behavioral Science, v. 6, n. 1, p. 69–77, 1970.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. **Gestão da inovação**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TIGRE, P. B. Gestão da inovação: a economia da tecnologia rural. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VASCONCELLOS, Aurea R.; RODRIGUES, Clóves G.; LUZZI, Roberto. Complexidade, auto-organização e informação em sistemas dinâmicos. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 37, n. 2, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso. 2. ed.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____

Área de atuação: _____

Ano de fundação: _____

Número de integrantes: _____

Surgimento e História

- 1) Como surgiu e qual a motivação de criação do grupo?
- 2) Qual a trajetória do grupo do surgimento até hoje?
- 3) Como o grupo é visto/percebido pela comunidade?

Características gerais e peculiaridades de cada grupo (auto-organização, dinamicidade)

- 4) Como o grupo é organizado? Possui hierarquia formal?
- 5) O grupo possui líderes? Como são escolhidos?
- 6) Como as reuniões acontecem? Como se comunicam?
- 7) Como se dá a participação dos membros? De que forma ocorre a participação (voluntária/por escolha/aptidão/por projeto)?
- 8) Como novos membros são recrutados?
- 9) Possuem algum financiamento público ou privado? Como o grupo capta recursos e como são administrados?
- 10) Como interagem com outros coletivos? Possuem algum tipo de parceria, se sim, como acontecem?

Ações e consequências

- 11) Qual(is) a(s) principal(is) atividade(s) do grupo?
- 12) Como são idealizadas e definidas as ações/intervenções/estratégias do grupo?
- 13) Quais as ações/intervenções já realizadas ou em processo de realização na cidade?
- 14) Qual a frequência dessas ações/intervenções?

- 15) Qual abrangência das ações/intervenções e como acontece a divulgação na cidade?
- 16) Com as ações/intervenções vocês conseguiram o alcance desejado?
- 17) Essas intervenções transformaram a cidade? De que maneira?
- 18) Quais são as pessoas (atores) envolvidas na promoção dessas atividades? (sociais, organizacionais, institucionais e intermediários).
- 19) Qual ganho (econômico ou social) com essas atividades desenvolvidas pelo grupo?
- 20) Existem ações/intervenções voltadas para o desenvolvimento de inovações (produtos, serviços, processos ou relações sociais)?

APÊNDICE B – Documentos protocolares da pesquisa qualitativa.**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, _____, sendo conhecedor(a) do tema e metodologia utilizados pelo aluno do Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), consinto em participar da pesquisa conduzida pelo mesmo. Entendo que toda e qualquer informação prestada por mim no decorrer da(s) entrevista(s) poderá ser utilizada na escritura de relatórios referentes à pesquisa. Entendo também que as entrevistas podem ser gravadas. É acertado entre mim, signatário(a) deste termo, e o aluno, que todas as possibilidades de identificação enquanto entrevistado devem ser impedidas.

Fortaleza (CE), ____ de _____ de 2019.

Assinatura: _____

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente termo, o(a) signatário(a), HERUS ORSANO MACHADO, aluno do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em fase de pesquisa de campo, se compromete a manter as suas fontes de informação em total anonimato. Neste sentido, não fará a identificação do entrevistado na redação final dos relatórios.

Fortaleza, ____ de _____ de 2019.

HERUS ORSANO MACHADO
Mestrando UECE